

449ª Reunião Ordinária do CONSEMA

00:02:14 Naiana Lanza: Bom dia a todos e a todas. Bom dia, subsecretário Jônatas, neste ato, representando a presidente do conselho, a senhora Natália Resende. Bom dia, Ester, representando, nesse ato também, o subsecretário Cristiano. Bom dia, Mayla, bom dia, conselheiros e conselheiras, demais amigos que nos acompanham presencialmente e também pela internet. Tendo sido verificado quórum, à mesa declara abertos os trabalhos da Reunião Ordinária número 449 do Plenário do CONSEMA, que tem pauta conhecida, distribuída no prazo regimental a todas as senhoras e senhores. Informo ainda que a presente transmissão está sendo transmitida ao vivo no *YouTube* da Secretaria, @semilsp, e a plenária ocorre na sala de reuniões do CONSEMA, o Plenário Professor Paulo Nogueira Neto, e também por meio virtual, através de videoconferência na plataforma *Teams*. Então passamos agora ao expediente preliminar. Antes, eu gostaria de agradecer ao conselheiro Missaka, que hoje nos trouxe pão de queijo, trouxe um café da manhã para a gente, então, muito obrigada, conselheiro, nós agradecemos. Inclusive, é uma dinâmica que estamos pensando em implantar, pessoal, conselheiros, a gente fazer uma rotatividade de cada dia um conselheiro traz um café da manhã. Bom, brincadeiras à parte, então voltamos aqui ao expediente preliminar. Então, passamos a aprovação da ata da Reunião Ordinária número 448, distribuída junto à convocatória aos conselheiros e conselheiras, razão pela qual eu peço ao plenário que dispense a leitura da mesma. Alguém tem alguma consideração em relação a ata ou podemos considerar aprovada? Então fica, portanto, considerada aprovada pela presidência. Com a palavra, o senhor subsecretário de Meio Ambiente da SEMIL, Jônatas Trindade, para suas comunicações e informes. Por favor, secretário.

00:05:29 Jônatas Trindade: Bom dia, pessoal, tudo bem? Agora um pouquinho melhor com as chuvas iniciando, a primavera traz um alívio para todos, em especial para quem vive no interior. No último final de semana, última semana, na verdade, a gente já estava num momento em que aquelas condições climáticas pioraram, em especial questão de umidade, velocidade de vento e temperatura. Então, teve uma atenção redobrada do Estado nesse período para que a gente conseguisse alcançar os resultados que foram bastante positivos e, depois, vou pedir para o Kauê trazer um pouquinho desse prospecto em relação às ações do São Paulo Sem Fogo. E aí, como informes, eu vou fazer hoje bastante rápido. A SEMIL lançou um edital para que as prefeituras interessadas em receber caminhões para gestão de resíduos se candidatem na lógica do FECOP. Esse chamamento já se encerrou, ou está em vias de se encerrar. São Paulo tem feito um trabalho, que já foi comentado aqui nesse CONSEMA, em relação à questão de um programa de conservação da arara-azul-de-lear. A gente tem produzido essa arara aqui em São Paulo e levado para a caatinga baiana para soltar esses animais lá na caatinga baiana. Então é um trabalho em que a SEMIL, por meio do Centro de Conservação da Fauna Silvestre, tem se empenhado, não só com espécies nativas de São Paulo, mas espécies de outros estados, em um trabalho coordenado e trabalhado junto com o ICMBio. E, além disso, nós temos reforçado, e aí, considerando a Semana no Tietê, que a gente está na semana, não está acontecendo só o dia do Rio Tietê, o trabalho que vem sendo realizado de coleta, que tem resultado num volume superior A 100 MIL toneladas de lixo flutuante, coletadas só no rio Pinheiros desde que foi instalado o Lixômetro. Então, mostra o tanto que é importante o trabalho que a gente está realizando de educação ambiental e de reforço da necessidade. Ontem, na verdade, anteontem, não sei se vocês observaram, em decorrência das chuvas que ocorreram, a quantidade de lixo sobrenadante que se encontrava tanto no Pinheiros como no Tietê. Então, a gente tem que

reforçar a necessidade da população tomar o cuidado de fazer realmente a gestão do resíduo para que a gente não observe essa situação desagradável de olhar para o Rio e ver que ele está muito sujo em decorrência da falta de cuidado da população. Além disso, como falei, e foi noticiado, houve uma redução significativa dos focos de incêndio esse ano, pelo menos no mês de agosto a redução foi significativa num período bastante crítico, uma redução de 86% observada em relação ao ano anterior. Alguns dias, praticamente três semanas atrás, nós realizamos um EPBio, o Encontro Paulista de Biodiversidade, com foco em soluções baseadas na natureza. A secretaria tem focado nessa agenda, além de outras agendas que têm relação direta com a conservação e com a recuperação ambiental com base em soluções práticas e que tem, calcadas na ciência e na natureza. Além disso, São Paulo, em decorrência da situação dos reservatórios, adotou, em coordenação com os demais responsáveis, medidas de redução e preservação dos níveis desses reservatórios, tanto olhando para o sistema, em especial, olhando para o Sistema Cantareira, e tem avançado em algumas obras que visam trazer essa maior resiliência hídrica aqui no estado de São Paulo. Um assunto importante, que a secretária tem reforçado é a questão das obras do canal da Nova Avanhandava. Teve um avanço físico significativo, a expectativa é que a gente consiga entregar em 2026 essa obra, que vai trazer perenidade para o modal hidroviário no Tietê. Então, é importante para que a gente consiga trazer essa resiliência também na questão do modal, que reduz significativamente o transporte por via terrestre, por meio de caminhões com redução, logicamente, na emissão de CO2, associado a esse transporte hidroviário que é mais eficiente e mais ecológico ambientalmente falando, do que o transporte rodoviário de grandes cargas. Então, basicamente, são esses os pontos que eu gostaria de destacar, falando que nós estamos num momento importante aqui na Secretaria, no avanço das metas estabelecidas no PPA, nosso Plano Plurianual. Esse ano, final do ano, vamos completar três anos de gestão à frente da Secretaria. E para falar que no final do ano nós pretendemos fazer um balanço, ou início do ano que vem, de tudo o que tem sido realizado e como a gente tem conseguido auferir, muito com o apoio dos conselheiros, também na condução das políticas públicas, no avanço da agenda ambiental daqui do Estado de São Paulo, com apoio direto do CONSEMA nesse trabalho. E o que a gente quer mostrar é que a gente tem, no Estado de São Paulo, uma política pública bastante robusta, construída ao longo dos anos e que permanece, do ponto de vista de estrutura e de funcionamento, permanece da forma como tem sido concebida. Logicamente com melhorias que a gente tem entendido necessárias para trazer escala à política pública, trazer robustez cada vez maior a essas políticas públicas. E eu entendo que isso sim, tem funcionado muito bem nas diversas temáticas. A reestruturação da Secretaria em si trouxe essa robustez também do ponto de vista de estrutura funcional, e que tem se refletido nas entregas que a Secretaria tem conseguido promover. Eu tenho falado isso muito na forma como o trabalho tem sido desenvolvido, no aprimoramento dos procedimentos internos e no resultado que a gente tem alcançado por essa governança que tem sido trabalhada aqui pela Secretaria. Então, podemos seguir, Naiana

00:12:42 Naiana Lanza: Obrigado, subsecretário. Passamos então agora aos informes da Secretaria Executiva. Na verdade, hoje é um informe bem simples. Eu gostaria só de convidar a todos a participar das audiências públicas que teremos aqui no próximo mês. Então, serão quatro audiências públicas, três delas relacionadas ao empreendimento Duplicação da Rodovia Francisco Alves Negrão, SP 258, entre o quilômetro 266, mais 280, e o quilômetro 280, mais 640. E entre o quilômetro 287, mais 900, e o quilômetro 338 mais 100, a serem realizadas no dia 14 de outubro, no município de Capão Bonito; Dia 15 de outubro, no município de Itapeva e dia 16 no município de Itararé. Teremos ainda a audiência pública do

empreendimento CDR Pedreira - Centro de Disposição de Resíduos, a ser realizada no dia 23 de outubro, no município de São Paulo. Então, passamos agora aos Assuntos Gerais, que seriam os 30 minutos de fala divididos entre os conselheiros e conselheiras. Então eu peço para as pessoas que desejarem fazer o uso da palavra levantarem a mão aqui, a gente vai fazendo primeiro a organização aqui do plenário e na sequência, o pessoal online. Missaka, Lara, Nalon, Rodrigo, Navarro, Crepaldi, Manara, Andrés, Paulo Nelson, doutora Tatiana, Sanseverino. Então, recapitulando, aqui no plenário: Missaka, Crepaldi, Manara, o Andrés, que está online, Paulo Nelson, doutora Tatiana, Sanseverino, Lara, Nalon, Rodrigo e Navarro. Faltou alguém? Não? Ok. Online, vamos ver. Temos duas pessoas online: o Andrés, que já tinha citado aqui, e o Beloyanis. Então, por favor, conselheiro Missaka.

00:15:36 Eduardo Missaka: Bom dia a todos. A minha fala, eu vou dividir aqui com o Victorino, mas vai ser muito rápido. É mais um agradecimento, Ester, que a gente está participando lá do *Smart Cities*, e pediram uma indicação de um especialista em drenagem urbana e a gente indicou lá a professora Melissa. Então, agradeço ao pessoal do SP Águas pelo fato de ter liberado a professora para participar do evento.

00:16:08 Eduardo Victorino: Obrigado Eduardo. Bom dia a todos. Bem rapidamente, primeiro, eu queria só pedir uma ajuda à Fundação Florestal, que a gente pudesse dar andamento nos nossos pedidos com relação ao Parque do Itapetinga, que está em Mairiporã, e a gente tem uma série de demandas lá e a gente está preocupado, que nós começamos uma conversa desde o começo do ano, e eu precisaria que isso caminhasse. Nós temos vários proprietários dessa área nos procurando, que estão com dificuldade de acesso à Fundação Florestal, e nós já nos colocamos à disposição para fazer essa ligação. E nós tivemos aqui, no dia 10 de setembro, uma reunião, como sempre muito bem atendidos aqui pela SEMIL, e eu estou aguardando uma ata para a gente poder ter os procedimentos de como a gente vai dar andamento a essas nossas demandas com relação àquelas que já falamos, que tem loteamentos que tem parte dentro do Parque Estadual Itapetinga, a parte de fora, e ele precisa resolver esses problemas lá. Desculpa, mas eu acordei hoje meio que com o espírito de cobrança, e aí eu precisaria cobrar de vocês um retorno com relação àquele pedido que nós fizemos da participação do Condemat no conselho do CONSEMA. Na verdade, eu só preciso do retorno via ofício. Nós entramos com isso aqui em 13 de janeiro, e eu acho que nós temos que ter uma resposta também via ofício. Como entrou o ofício, tem que ter uma resposta via ofício. Então, eu gostaria, até para a gente tirar essa pendência, que assim que possível a gente tenha essa resposta com relação ao nosso pedido feito para participar do conselho. A gente tem certeza que a resposta é justa, mas ela tem que ser via ofício na nossa visão. Obrigado.

00:18:05 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Passamos então a palavra agora ao conselheiro Crepaldi. Só lembrando que, em função do número de conselheiros hoje, o tempo de fala de cada conselheiro é de dois minutos. Tá bom, pessoal? Por favor, Crepaldi.

00:18:20 Ricardo Crepaldi: Bom dia a todos. Bom, na fala de hoje eu vou colocar dois pontos. Primeiro eu gostaria, secretário Jônatas, em nome da vice-presidência, em nome da presidência do Conselho, passar para Natália a preocupação da ABES com as comunidades isoladas e os municípios que Sabesp ou não Sabesp, eles não estão fazendo os estudos para pelo menos verificar onde estão os problemas das comunidades isoladas. Eu aproveito para falar que isso é um tema muito importante e isso não vai fazer cumprir o que se prevê, e que

o governo do Estado quer para antecipação da universalização do saneamento. Então, assim, ou seja, se nem começou a fazer o estudo ainda, para você mapear, para depois você trabalhar. Então, ou seja, isso aí é muito tempo que leva, e isso daí, principalmente onde não tem, no caso da Sabesp, que é 60% do Estado, isso é um problema seríssimo. Então, aproveitando, eu queria colocar, eu deixei para a Naiana passar para vocês, essa é uma publicação nossa que fala sobre o tratamento de esgotos em comunidades isoladas. Então eu queria colocar isso para vocês, que assim, a gente está trabalhando bastante, há muito tempo, sobre isso. Então eu gostaria que a gente tentasse forçar com que realmente isso acontecesse. Muitas pessoas sofrem por essa condição. Outro ponto, eu queria falar sobre as FENASAN, no mês que vem, dia 21, 22 e 23, antes da nossa reunião. A FENASAN é a Feira Nacional de Saneamento. Ela é feita pela Sabesp, e a ABES vai estar lá, tem um congresso, e a ABES vai estar lá na feira. Nós temos um stand e nós vamos estar fazendo vários eventos, um stand um pouco grande, vamos estar fazendo palestras. Vão estar, principalmente, no dia 22, nós atualizamos esse livro. Esse livro aqui é do professor Milton Tsutiya. O professor faleceu há alguns anos, esse é o seu livro padrão, da faculdade da USP para saneamento e tratamento de água. Então, a gente estava relançando isso aí no dia 22, lá na feira, lá no nosso stand. Fora isso, a gente vai ter várias palestras. Eu mesmo vou dar algumas palestras lá dentro do nosso stand, então está todo mundo convidado. A FENASAN é a maior feira de saneamento do país, então, é uma feira realmente de tecnologia e inovação. Então, eu convido a todos para participar e, se possível, passar lá no stand. Eu vou estar lá todos os três dias também, no Congresso e no stand, então todos são muito bem-vindos. Obrigado.

00:21:24 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Passamos então agora a fala ao conselheiro Manara.

00:21:29 Marcelo Manara: Bom dia a todos. Aproveitar bem os dois minutos. Comunicar da realização, está agora em andamento o 27.º Congresso Brasileiro de Arborização Urbana. Também o Encontro Ibero Americano, o Congresso Mirim, que é muito legal, sobre arborização urbana e o Campeonato Brasileiro de Escalada em Árvores em São José dos Campos, com recorde de participantes, 38 participantes nas escaladas, organizado pela Sociedade Brasileira de Arborização Urbana, em parceria com a Prefeitura, Fundação Arbor Day **Fao Onu (00:22:04)**. É um Congresso que está sendo muito rico, muito importante nessa pauta de arborização urbana. Quero agradecer a parceria com o Estado, a Defesa Civil, as brigadas, na Operação Corta Fogo, no combate aos incêndios na Várzea da Turfa, porque o incêndio em turfa é muito, muito complicado o combate, e nós tivemos o apoio, inclusive com aeronave lá no Banhado e na Unidade de Conservação, em São José dos Campos. Também agradecer e parabenizar a Fundação Florestal na figura da gerente local, a engenheira Camila Oliveira e a Bianca, que é a chefe da Unidade de Conservação da APA do Banhado, que tem trazido e atuado muito em parceria com a Prefeitura. Então, nós estamos avançando bastante lá com essa aproximação e trabalho em conjunto com a Fundação Florestal. Quero agradecer muito a gerente Camila pela disposição nessa atuação conjunta. Amanhã estaremos indo a Campinas num primeiro esforço de aproximação entre regiões metropolitanas. É uma iniciativa informal, mas estaremos lá, e mais de 30 pessoas do Vale do Paraíba, indo para a região Metropolitana de Campinas discutir aspectos, porque Campinas, a região metropolitana, nós entendemos que está há 20 anos na frente em termos do exercício do comportamento metropolitano que o Vale do Paraíba ainda requer. Então, nós vamos em várias instituições, vários secretários municipais, numa iniciativa de aproximação bem legal,

e lá nós abrimos, conforme a ANAMMA se dispôs aqui com a secretária Natália, a também funcionar para prover capilaridade e acesso às políticas públicas do Estado junto aos municípios. Então, nós convidamos e abrimos a grade da programação para esse encontro, para apresentação do PEARC, e também, Jônatas, não tive a confirmação, mas o Plano de Contingência do déficit hídrico está convidado também, é amanhã, lá na Região Metropolitana de Campinas, e quero agradecer muito a Andrea Struchel, parceira, amiga da ANAMMA, lá da prefeitura de Campinas. Eu e ela que montamos essa grade, vamos discutir vários aspectos, planos diretores municipais, gestão de resíduos, governança da água. Então é uma oportunidade para isso. Também convidamos e abrimos espaço de apresentação do PEARC no encontro Eco Vale, que vai ser em Taubaté, agora em outubro. Também a ANAMMA convidou a representante da Secretaria de Estado para apresentar lá o PEARC. E, para finalizar, na questão do déficit hídrico, secretário, nós gostaríamos de fazer um alerta. Eu vou levar para o dia primeiro no Conselho Estadual de Recursos Hídricos, porque eu solicitei um estudo técnico de fundo, mas eu acho que é tempo do Estado de São Paulo, da CETESB, regar, na verdade, o lançamento da diluição do chorume nos corpos hídricos. Não dá mais para aceitar isso, principalmente agora que nós estamos em déficit hídrico. É uma pauta, eu vou levar para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, mais já anuncio aqui que nós estamos nessa iniciativa de São Paulo liderar esse processo de proibir a diluição do chorume, tem que ser tratado o chorume. Nós tivemos, em São José dos Campos, uma crise muito grave agora em novembro do ano passado, a Sabesp foi multada e tudo mais. Obrigado.

00:25:46 Naiana Lanza: Obrigada. Na sequência, vamos continuar no plenário, então, o senhor Paulo Nelson.

00:25:56 Paulo Nelson: Bom dia a todos. Cumprimento todo o nosso conselho, na pessoa do subsecretário Jônatas. A primeira questão que eu gostaria de trazer, é a reunião que ficou de ser feita sobre a soltura de pássaros, e a gente teve umas boas respostas. Graças a Deus tivemos já questões já licenciadas que estavam paradas, mas a gente entende que é importantíssimo a reunião setorial com a SAVE, com os demais *stakeholders* desse processo, porque é realmente um tema que a gente precisa deixar sedimentado e pautado como uma forma mais efetiva de colocar. O segundo ponto da minha fala é, primeiro, agradecer à Mônica, que é a regional da Sabesp lá do litoral. Nós fizemos aqui o nosso pedido de levantar os problemas da Sabesp e ela prontamente me atendeu, e ontem parece que também atendeu aqui o Eduardo quando ele levantou um problema de vazamento, então, a gente espera que essa interlocução realmente seja frutífera. E eu coloquei um desafio a ela que em princípio, ela concordou, que é extirpar as bandeiras vermelhas do Litoral Norte, que a gente entende que seja responsabilidade da Sabesp, e não que seja responsabilidade da Sabesp. A gente entende que tem que haver um projeto de educação ambiental e de medidas efetivas para que a gente estipe. Nós estamos dentro de um dos maiores espaços turísticos do mundo, que eu acho que é o Litoral Norte de São Paulo. E é inadmissível que a gente, a cada feriado, se depare com 20, 30 praias com bandeira vermelha. Isso realmente é uma coisa inaceitável, e a gente precisa ter políticas públicas para acabar com isso, não adianta. Outra questão que eu gostaria de colocar, é a questão sobre a supressão de vegetação por todos os entes, tanto município, estado e federal, em Unidades de Conservação, que foi trazido pela resolução CONSEMA, número 510. Então, eu gostaria que fosse aberto um debate dentro dessa Casa para que a gente pense como vai aplicar essa resolução, uma vez que as questões são extremamente relevantes. E por último, a Joana, que é a conselheira da Cunhambebe, está fazendo uma listagem de todos os pedidos que a bancada ambientalista colocou e que não

tiveram respostas. Então, a gente gostaria de criar uma pauta de respostas a essas reivindicações, e esse é um pedido da bancada. Obrigado.

00:29:07 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Passamos então agora a palavra a doutora Tatiana Barreto Serra.

00:29:14 Tatiana Barreto Serra: Obrigada. Bom dia. Bom dia, senhor secretário, na pessoa de quem cumprimento todos os conselheiros e conselheiras. Eu gostaria de falar rapidamente de dois pontos. O primeiro foi da Operação Cangalha 1 e 2, realizado na região de Sorocaba e aqui na região da Grande São Paulo, que contou com a participação do Ministério Público por intermédio do GAEMA e da Polícia Ambiental, em que houve a apreensão de mais de 150 balões. Foi feita justamente um pouco antes do período de maior restrição e de seca que nós vivenciamos no final de semana passado. Foi um grande resultado. Gostaria de parabenizar aqui a Polícia Ambiental, o GAEMA, e alertar para essa situação que até hoje alguns tratam como uma diversão, um esporte, do risco que isto gera, não só a questão das florestas, da segurança pública, do patrimônio das pessoas, mas também do espaço aéreo brasileiro. E, por fim, falar que nós realizamos, na semana passada, uma reunião muito proveitosa com a Defesa Civil Estadual. Ontem fizemos com os bombeiros, conhecemos a sala de situação instalada e o grupo de crise que foi também instalado na semana passada, estivemos lá, e essa conversa vem sendo intensificada no sentido da gente tratar de um tema tão importante, que é a prevenção de desastres, seja no momento de seca, seja no momento das águas. Então, também gostaria de agradecer essa oportunidade e aqui já encerro a minha manifestação. Obrigada.

00:31:00 Naiana Lanza: Obrigado, doutora Tatiana. Na sequência, o senhor Sanseverino, por gentileza.

00:31:15 Carlos Sanseverino: Bom dia, senhor secretário, doutor Jônatas, doutora Naiana, doutora Mayla e demais componentes da Mesa Diretora. A Ordem dos Advogados do Brasil saúda a todos os conselheiros e quer trazer aqui alguns temas para reflexão. Primeiro, cumprimentar a Polícia Militar Ambiental, na pessoa do coronel Navarro, pelo trabalho da sua equipe na Baixada Santista, à cargo do capitão Hoffman, registro aqui o nosso cumprimento pelo trabalho lá. Em relação à questão das chuvas que se avizinham, eu queria saber se há alguma integração entre município e Estado, em relação à questão do trabalho da Defesa Civil. Então aqui fica uma pergunta. Em relação ao Parque Villa Lobos, a Sociedade Amigos do Alto Pinheiros está solicitando um espaço para falar e pede uma solicitação de espaço aqui no CONSEMA para trazer as suas preocupações em relação à concessão deste parque público, desse parque que hoje tem uma parceria público-privada para indicar uma série de desmandos que estão ocorrendo lá no parque. Fica aqui também o nosso pleito. Em relação à COP 30, nós temos já no CADES, Conselho Municipal do Meio Ambiente de São Paulo, um grupo que trata do tema. Eu gostaria de saber se nós temos aqui também no Conselho Estadual do Meio Ambiente um grupo que trata do tema COP 30. Nós estivemos, a semana passada inteira, em Belém do Pará, tratando dos temas pré-COP 30, a questão da urgência climática, transição energética. Há aqui uma preocupação dessa questão da sociedade de consumo se transformar em sociedade de bem estar. E nós, como maior conselho ambiental do país, temos que ter um time para discutir o tema, que reiteramos a importância de termos um grupo de WhatsApp dos conselheiros do CONSEMA, como existe no Conselho Municipal do Meio Ambiente da cidade de São Paulo, para que nós possamos trocar informações e

trazermos aqui as nossas preocupações. Esta é a fala da OAB, desejamos a todos uma boa reunião. Muito obrigado.

00:33:20 Naiana Lanza: Vamos por próximo, então. Na sequência, vamos para o pessoal que está on-line. Por favor, o conselheiro Andrés. Dois minutos conselheiro, por gentileza.

00:33:20 Andrés Vernet: Primeiramente Naiana, eu pedi para o Leduc ceder o tempo, então nós temos dois tempos. Registrando isso. E eu quero fazer uma proposta para atribuição de tarefas à Comissão de Políticas Públicas, em função da nova Decisão de Diretoria que se avizinha nos próximos meses, nós queremos fazer dois pedidos aqui de revisão. Então, a primeira legislação que a gente gostaria que fosse revisada seja a Deliberação CONSEMA 01/2019, de 30 de abril de 2019, que trata do Licenciamento Simplificado. Ao nosso ver, tem dois grandes problemas: primeiro, na supressão de vegetação. Então, casos concretos mostraram a pouca eficácia e a sua baixa fiscalização quando nas denúncias fica constatado a grande divergência entre a solicitação e a efetiva realização. Então, isso fica constatado em várias denúncias feitas pelo Litoral Norte, por vários conselheiros também, a Gilda, o Paulo. E, recentemente, foi denunciado isso numa audiência pública em Brasília, junto ao ministro do STF, Flávio Dino, na presença da senhora secretária Natália. Então, esse é o primeiro ponto. E também tivemos reunião no ano passado com o senhor Jônatas, ele deve se lembrar, pedindo várias mudanças e não foi concretizado absolutamente nada. O segundo problema que a gente vê nessa deliberação é sobre o não cumprimento da logística reversa. Essa deliberação tem o critério de **CNAE (00:35:21)** e de metros quadrados, então esse é um critério antigo. Hoje, as empresas não têm mais esse critério. 2500 metros quadrados é uma empresa grande. Hoje as empresas que estão instaladas em condomínios industriais, logísticos, com menor metragem - é claro, fica mais barato, fica mais em conta, mais ágil, com escritórios remotos, com internet, etc. Então, o mundo mudou bastante de 2019 para hoje. Então, nós queremos pedir a revisão dessa deliberação. A segunda deliberação, legislação que a gente quer pedir é o Decreto 63.296, de 21/03/2018, que rege o setor de obras, que foi assinado em conjunto com a Secretaria de Meio Ambiente e a Secretaria de Agricultura. Essa legislação não exige a logística reversa de todos os tamanhos das granjas, mesmo sendo emitida após a SMA 45, que exige a logística reversa no Licenciamento. Aí já tem um ponto legal. Essa denúncia faz parte de vários casos concretos que nós apresentamos para a secretária desde março desse ano, com mais de 50 casos, e somente dois é que cumprem, nessa amostra, só dois cumprem a logística reversa. Então, essa legislação vem prejudicando o meio ambiente há sete anos. Por incrível que pareça, não foi alterada nesse tempo todo. Só como exemplo, a gente pode ver, por exemplo, essa legislação divide as granjas em três grupos, até 200 mil aves, que isso corresponde a 25 mil metros só de galpão de aves. E isso fica feito somente no documento que fica na mão do engenheiro da CAT, o que de fato ninguém sabe. Nós já questionamos isso à CAT, ninguém sabe o que ele faz com esse documento e não tem logística reversa pós-consumo. E como exemplo, uma granja pequena, de 200 mil aves, produz 430 toneladas de papelão pós-consumo. Isso não é dejetos, isso não é nada interno, é pós-consumo, papelão. E depois ela divide também com aves até 500 mil aves, que isso dá 70 mil metros quadrados, e que faz o Licenciamento simplificado, sem logística reversa. E como exemplo, uma granja desse tamanho produz mil toneladas por ano de papelão pós-consumo, e não exige logística reversa. E por último, acima de 500 mil aves, produz mais de 1000 toneladas de papelão pós-consumo. Então, é uma quantidade absurda que não existe logística reversa. Isso está causando uma poluição muito grande. Então, portanto, conselheiras e conselheiros, queria pedir para que esses assuntos

sejam encaminhados à Comissão para que sejam reanalisados, repensados e atualizados também, porque já se passaram vários anos e nada foi feito. Só um detalhe também sobre ovos e as granjas, elas têm uma legislação especial feita pelo governador do Estado, que dá um crédito outorgado das embalagens que eles comprem. Ou seja, eles são creditados do ICMS essas compras de embalagem, ou seja, eles ganham em cima das compras das embalagem que eles fazem, mas não fazem a logística reversa. Então queria pedir especial atenção nisso, para os conselheiros aprovarem essa demanda a nós. Obrigado.

00:39:27 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Na sequência, o conselheiro Beloyanis, que está online também. Por favor, Beloyanis.

00:39:40 Beloyanis Monteiro: Bom dia a todos. Bom dia Jônatas, Mayla e demais conselheiros. Vou ser bem breve na minha fala. Para mim é uma solicitação. Nós lançamos, a SOS lançou um Relatório da Qualidade da Água do Tietê, como ela faz todos os anos. E aí eu queria solicitar um espaço para que na próxima reunião do CONSEMA o nosso técnico viesse expor o trabalho que foi lançado do relatório. Eu acho que é importante compartilhar essa informação com todos. E outra história é a seguinte: eu fui incumbido pelo pessoal do movimento da Zona Leste de trazer a história do Aterro de São Mateus, onde será suprimido 63 mil árvores de Mata Atlântica, que é uma preocupação, que essa ampliação do aterro e a instalação de incinerador. Então, o pessoal vem com muita preocupação. Eu acharia importante, Jônatas, do movimento vir no CONSEMA, porque esse processo está no meio municipal, mas se puder passar pela CETESB, pelo CONSEMA, então acho que era legal a gente trazer o pessoal do movimento para falar para nós o que está acontecendo com esse aterro. Então acho que é uma história que é do município de São Paulo, mas atinge toda a cidade. E outro ponto, vou na linha do Sanseverino, estamos a caminho da COP. Eu sei que a SEMIL está programando a participação na COP, então seria legal apresentar o que a SEMIL vai falar durante a COP em Belém, acho que é bem interessante, como a gente fez na Conferência Estadual de Meio Ambiente, acho que é importante compartilhar essas informações. Era isso que eu tinha para falar, e estamos à disposição. Um abraço a todos.

00:41:41 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Voltamos então agora ao plenário. Passo a palavra para a conselheira Lara.

00:41:55 Lara Costa: Bom dia a todos. Primeiramente, eu queria apresentar a Maria Estela Duva, que é ouvidora da SEMIL, e nossa suplente aqui no CONSEMA. Então, quando eu não estiver, Maria Estela estará aqui. Seja bem-vinda. E aproveitar para fazer um convite a todos. No dia 08/10, a partir das 14h, a Diretoria de Educação Ambiental, junto com a Diretoria de Recursos Hídricos, a gente vai fazer um evento aqui sobre cinema, educação ambiental e gestão de recursos hídricos. Vai ter o lançamento do documentário Águas do Ribeira, da nascente à foz, que foi produzido pelo pessoal da Câmara Técnica de Educação Ambiental do Rio Ribeira, com captação de recursos FeHidro. A gente vai ter também a exibição de uma animação curta metragem do pessoal da Mostra Ecofalante chamada Rua da Aurora, no qual a gente vai apresentar uma proposta de análise pedagógica e plano de aula construído sobre o curta metragem. E a gente vai ter também o lançamento de um edital de uma chamada para produção de um média metragem sobre o Rio Tietê. E a gente vai ter uma mesa de debate depois, então, no dia 08/10, a partir das 14h, vou pedir depois que encaminhe o convite a todos os conselheiros, mas sintam-se já convidados, já salvem nas agendas, 08/10, a partir das 14h. Obrigada.

00:43:14 Naiana Lanza: Obrigada, Lara. Passamos agora a palavra ao conselheiro Nalon.

00:43:20 Marco Nalon: Bom dia. Queria só trazer a todo o plenário aqui um convite para a semana que vem, no dia 30, nós vamos ter o 4º Simpósio do IPA. Todo ano a gente faz um simpósio de integração de pesquisas e ele tem se ampliado. Dia 30 ocorrerá aqui no auditório Augusto Ruschi. Depois, no dia 01 e 02 ele vai ocorrer na nossa unidade na Vila Mariana. Ele envolve uma série de palestras, mesas redondas e alguns cursos, então estão todos convidados. A temática deste ano são Mudanças Climáticas e Desastres Naturais, Sociedade e Meio Ambiente. Então, a gente está trazendo colegas para debater sobre a questão de habitação, saúde e recursos hídricos, além da biodiversidade, que é sempre um tema permanente dentro do IPA. Então, estendo o convite a todos no dia 30, que é terça-feira, como vai ser aqui no auditório da SEMIL, da CETESB, então, acho que facilita bastante o acesso a todos. Contamos com a presença de todo mundo. Obrigado.

00:44:31 Naiana Lanza: Obrigado, Nalon. Na sequência, o conselheiro Rodrigo. Kauê? Pode ser.

00:44:41 Kaue Gonçalves Grecco: Desculpa, só que eu não sabia o protocolo, se eu ainda podia me inscrever, mas eu não tenho pressa, não. Só atendendo a solicitação do secretário Jônatas, fazendo um panorama geral sobre a situação da Operação São Paulo sem Fogo. A gente está chegando no final da fase vermelha, então a gente ainda tem mais um mês de fase vermelha, mas a perspectiva é que o pior já passou. A semana passada, de fato, foi uma semana muito complicada, em que a gente teve a instalação do gabinete de crise, desde segunda-feira, e foi até domingo. Com a virada de tempo, durante o final de semana, a gente teve ainda a situação mais complicada por conta da entrada da pré frontal, que vem antes das frentes frias, que são rajadas de vento muito forte. Mas esse ano, felizmente, a gente está terminando a temporada do fogo com situação muito mais confortável do que nos anos anteriores. Eu estou com os dados aqui. A gente teve, no ano passado, 8700 focos de calor, focos de incêndio. Aqui, pelo INPE, pelos dados do INPE, que é o dado que a gente utiliza como indicador da Operação São Paulo Sem Fogo. E esse ano nós estamos, até agora, só com 1700. Então, a gente está falando de quatro vezes menos, sendo que uma média anual é de 3900. Então estamos, inclusive, abaixo da média. Não vamos comparar só com o ano passado, que foi catastrófico. Então, estamos com cerca de metade das ocorrências em relação à média. Esse ano a diretoria de Proteção e Fiscalização Ambiental teve uma ação bastante próxima da Defesa Civil, do Corpo de Bombeiros e da Fundação Florestal. A gente esteve nas operações, nas oficinas de treinamento regionalizadas. Nós instituímos um trabalho de prevenção e de fiscalização das medidas preventivas durante a fase amarela, estivemos em campo conversando com os proprietários rurais, conversando com as concessionárias para que adotassem as medidas preventivas. Oficiamos uma série de proprietários e concessionárias. E agora, durante a fase vermelha, nós também estivemos em campo com cerca de 30 servidores durante os finais de semana, fazendo ações e, durante o gabinete de crise, nós estivemos diariamente em campo também, quatro, cinco dias seguidos, ao longo da temporada. Fizemos cerca de 115 ações para a prevenção da ignição. Então, conversando com as pessoas nas Unidades de Conservação e identificando focos de incêndio, e com isso resultando em trabalhos que a gente identificou... Só colocando, por exemplo, tivemos no Vassununga identificação pelos nossos técnicos de focos iniciais de

incêndio. Tivemos também no Morro do Diabo. Então essa interação dos nossos servidores, com a Fundação Florestal, tem sido muito interessante, muito produtivo, muito eficiente.

00:48:39 Naiana Lanza: Obrigada. Passamos a palavra então ao conselheiro Rodrigo.

00:48:43 Rodrigo Levkovicz: Bom dia a todos e todas. Vou aproveitar. Obrigado, viu Kauê? Parceria fundamental. Agradeço muito a equipe. Bom, acho que está sendo como tinha que ser sempre, a gente está junto, mas quero aqui agradecer e ressaltar essa parceria que foi muito boa. Começamos a construir o ano passado, mas esse ano avançamos, especificamente para essa integração das equipes. Rapidamente, acho que hoje é um dia muito importante, muito feliz de estar aqui. Claro, a gente vai ter um evento na segunda-feira que vem. É importante que todos possam participar. Eu acho que fica o convite para todos os conselheiros. Jônatas, aí eu peço para depois para você fazer o convite formal. A gente vai ter na Sala São Paulo o lançamento de três programas, um que é o Plano de Empregos, Carreiras e Salários da Fundação Florestal. Então, quero agradecer muito a várias pessoas, mas não poderia deixar de agradecer muito a Maristela, que está aqui, que sentou com a gente, Isaías, mas quero deixar um registro de que se não tivesse você aqui, Jônatas, o Anderson e a secretária Natália, e se o governador não acreditasse nesse projeto, a gente não poderia ter uma entrega tão importante para as Unidades de Conservação. Então, depois de hoje, a Fundação Florestal tem 39 anos e ela não tem plano de carreira, e a partir de segunda-feira ela vai ter. Na verdade, o governador já assinou hoje, à 01h00, segundo eu soube. Então amanhã, no Diário Oficial. Vai ter publicado algo histórico que vai ajudar a gente. E aí, só para concluir, acho que o agradecimento é geral, tá gente? Então nem vou dar muitos nomes, mas é uma conquista de quem se importa com a natureza, de quem se importa com as Unidades de Conservação, e óbvio, que um corpo técnico que tem um pouco de justiça remuneratória, isso é muito importante. E aí Victorino, a gente está estruturando, vou mudar de assunto, agradeço a sua compreensão. Agradeço as falas do Manara. A gente está buscando outras formas de avançar nessa pauta de reintegração e demolição. Então a gente vai encaminhar uma proposta de empregados temporários para que a gente estruture isso de forma bem profunda, como política pública, não só para Itaberaba, Itapetinga, mas para o Estado como um todo. Mas é isso aí. Eu devolvo a palavra para o Jônatas, mas fica aí o convite e faço menção a isso. Tiveram várias pessoas que já trabalharam na Fundação, no sistema, ambientalistas, o Ministério Público, Defensoria, enfim, todos vocês. Acho que é uma conquista para a natureza. Obrigado.

00:51:35 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. A palavra, então, ao subsecretário Jônatas.

00:51:38 Jônatas Trindade: Obrigado, Rodrigo. Acho que é isso. É importante valorizar o corpo técnico da Fundação, que tem muito valor. O que me impressionou muito quando cheguei em São Paulo é a qualidade técnica das equipes, tanto da Secretaria como da Fundação, a equipe como um todo. A gente tem tido esse trabalho muito forte também com a Polícia Ambiental. Então, essa integração, essa aproximação e essa valorização é muito importante para a gente. A gente entende como a forma de reconhecer o trabalho, reconhecer o compromisso e a responsabilidade no âmbito ambiental. Então, ficamos muito felizes, de verdade, por essa valorização, seja do ponto de vista de plano de carreira, como valorização salarial, por assim dizer, que é isso que vai acontecer também. Você ter um plano de carreiras em que você consegue enxergar como é que você vai progredir ao longo do tempo, com regras claras, objetivas e também ter uma retribuição remuneratória compatível com a

responsabilidade, é fundamental para que a gente tenha um corpo técnico cada vez mais forte, mais preparado e imbuído na missão, que não é uma missão fácil. Que bom. Excelente notícia. Um outro ponto que eu acho que eu tenho falado o tempo todo, pessoal, o problema, muitas vezes, é a dificuldade de agenda, porque as agendas são tão múltiplas, mas a Secretaria nunca esteve fechada, sempre está à disposição para conversar com todos. O que a gente precisa fazer, na verdade, é organizar as agendas, porque assim, se eu for trabalhar na lista, a gente vai trabalhar na lista posta pelos ambientalistas, no sentido de discutir e avançar com essas propostas, ou dar uma devolutiva, eu tenho pedido muito para a gente organizar, endereçar isso de forma oficial, não sei, porque, muitas vezes, o que acontece? Registro aqui no meu caderno, mas volto para aquela agenda maluca que a gente tem no dia a dia com 1 milhão de reuniões. Eu falei: vamos registrando que a gente vai atendendo ponto a ponto e tem que dar a devolutiva sim, e a ideia é essa. E as agendas específicas, como foi bem colocado aqui, em relação à questão da necessidade de discutir a questão das áreas de soltura, eu já pedi para agendar essa reunião, foi mais uma questão de espaço dentro da agenda, mas isso já está sendo trabalhado, para que a gente possa sentar, discutir e ter um plano de ação, entender o que é gargalo, entender o que precisa ser melhorado e ver como é que a gente consegue discutir e avançar na agenda. Se a gente tem esse propósito e nós temos isso muito por conta do Refauna SP, avançar na agenda da refaunação, a gente precisa ter algo que funcione. Eu tenho colocado, pessoal, a gente tem que olhar para o processo, tem que entender o que é burocracia necessária e o que é burocracia que não faz sentido, entender qual é a lógica da instituição do processo. E assim, eu já estou há quantos anos na área ambiental? Tem alguns bons anos, mais de 15 anos, e a gente se apegar, eu posso falar, comecei na área técnica, então quando você começa na área técnica, a gente sempre se apegar ao conteúdo e, às vezes, a um conteúdo que não contribui ou não ajuda na demanda, e a gente acaba construindo muitas normas, uma percepção da necessidade que tem que cercar tudo, a gente não pode deixar nada em aberto e, muitas vezes, se não deixar nada em aberto, significa uma demanda ou onerar uma coisa que deveria ser mais fluida e que se espera o resultado. Então, reforçando, essa agenda está sendo marcada. Se não já foi agendada, o que já foi pedido para a minha secretária, para poder a gente agendar, e sim, nós estamos à disposição para tratar qualquer assunto. Mas aí, o que eu peço, é o seguinte: como são muitos assuntos, a gente, na área ambiental, a multiplicidade de assuntos é enorme, a gente tem que ter estratégia, primeiro de priorização dos assuntos que tem que ser priorizados e montar uma estratégia de atacar aquele assunto, de trazer já o resultado de imediato, porque senão a gente só fica discutindo e não chega a um resultado. Em relação a questão que o Crepaldi trouxe, que o Victorino já teve o retorno, a Fundação tem feito e acho que vai ter essa aproximação maior para que a gente feche esse assunto, essa demanda que vocês colocaram. Em relação a questão de problema das pessoas isoladas, que foi indicado pelo Crepaldi, gostaria que a Ester falasse um pouquinho dessa perspectiva, de como tem sido trabalhado.

00:56:27 Ester Feche Guimarães: Obrigada, Crepaldi, por trazer esse tema tão importante e tão caro aqui para a Secretaria. E a gente já vem de algum tempo trabalhando com os temas ligados às comunidades isoladas e comunidades, pensando nas rurais e também comunidades tradicionais. Dentro dos programas que a Secretaria já vinha conduzindo, mesmo antes do Novo Marco Regulatório, e também das novas estruturas de políticas públicas de saneamento do Estado de São Paulo, já tinha um programa em andamento, que era o Água é Vida, que ele foi fazendo o provisionamento de saneamento em comunidades rurais no Estado de São Paulo por demandas específicas dos municípios. Após o contrato

01/2024, o contrato da Sabesp, então a gente fez uma estruturação de um plano de trabalho, com um cronograma, com uma diretriz do contrato e também da secretária Natália, no qual nós estruturamos um Termo de Referência à SEMIL. E ele foi, como condição já estava no contrato da Sabesp, e ele foi feito com uma participação de várias partes, Secretaria de Abastecimento e Agricultura, ARSESP, a Sabesp, CETESB, com vários participantes, e esse Termo de Referência teve um objetivo, que foi a contratação de um Censo Cadastral das Comunidades Rurais no Estado de São Paulo. Então, partindo primeiro dos municípios operados pela Sabesp, então vamos tratar um pouquinho primeiro da Sabesp, rapidamente: a empresa que ganhou essa contratação foi o grupo do Rotas Rurais, pela Fundação, que está ligada a Secretaria de Abastecimento e Agricultura, porque realmente eles já tinham uma expertise de vivenciamento e atuação nas áreas rurais e também dos distanciamentos e deslocamentos e, a partir de então, se iniciou uma série de frentes de trabalho desse nosso cronograma. Dentre eles, a gente desenvolveu um plano que já foi concluído junto com a CETESB, para o Licenciamento simplificado de instalações rurais, instalações de tecnologias rurais dentro das comunidades rurais e comunidades tradicionais. Esse item, a gente conseguiu concluir e a gente fez também algumas aproximações relativas a um mapeamento georreferenciado de todas as comunidades, já que tinham sido identificadas pela Fundação Florestal em relação aos parques, que a gente conta muito com o Rodrigo, a gente tem tido uma aproximação em relação às comunidades tradicionais, com tremendos desafios, mas a gente tratou também do contexto que diz respeito dos municípios operados pela Sabesp e os municípios não operados. Então, após a conclusão do Censo Rural, pegando os municípios operados, inicia as instalações das tecnologias de saneamento mais adequadas para cada núcleo rural ou comunidade tradicional. Então, nesse sentido, a Arsesp também, obrigada, vocês estão contribuindo muito com aquela já publicação da deliberação que entrou em consulta pública sobre as tecnologias, que vão estar autorizadas para esse serviço público. E a gente tem, no nosso cronograma, que 2026 encerra o Censo Rural, e aí inicia a instalação das duas tecnologias. Dentro desse Censo Rural, acho que a gente já teve até um questionamento sobre isso aqui, a gente definiu alguns regramentos de aproximação com as comunidades rurais. A gente definiu um código de ética no contexto da proteção, da vulnerabilidade, também do respeito em relação às culturas locais para que tivesse, tanto no Censo Rural, mas também na instalação das tecnologias e da forma que acaba acessando dentro da moradia. E no contexto dos demais municípios, então, inclusive a gente pode trazer um dia a apresentação, Jônatas, aí fica a vontade, conforme estiver disponível na agenda. No contexto dos municípios não operados, municípios que aderiram o Universaliza SP, a gente já está com a empresa de engenharia em campo. A gente tem tido reuniões de trabalho já com os municípios e lá a gente está fazendo o mapeamento das comunidades rurais. Diferente do que a gente tem visto na questão do saneamento, aqui no Estado de São Paulo, o saneamento vai abranger as áreas rurais também. E o nosso programa do Água é Vida está em andamento. A gente, inclusive, essa semana eu fiquei mandando 'zap' para o Rodrigo: Como é que a gente vai fazer com o Quilombo Bombas? E a gente tem grandes desafios para chegar nas áreas rurais. É diferente do saneamento urbano, mas a gente está atento a isso, nosso cronograma está funcionando par i passu também. E muito obrigada por colocar esse tema.

01:02:15 Ricardo Crepaldi: Ester, só uma perguntinha. Ok, Sabesp, quem aderiu ao Universaliza, e os que não aderiram?

01:02:22 Ester Feche Guimarães: Água é Vida, e a gente já pediu um mapeamento para a Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Eles deram o mapeamento de todas as comunidades no estado de São Paulo e a gente está estruturando um plano para atendimento dos demais municípios também. Inclusive municípios que estão com contrato de concessão, estão pedindo para a gente cuidar da parte rural, porque o contrato de concessão antigo só trata área atendível urbana. Então, a gente está olhando isso também.

01:02:52 Ricardo Crepaldi: Jônatas, eu acho que merece um tempo para uma apresentação futura na nossa pauta.

01:02:56 Jônatas Trindade: Vamos fazer isso, vamos organizar.

01:02:58 Ester Feche Guimarães: Estamos à disposição. Obrigada por isso.

01:02:59 Marcelo Manara: Aproveito para reforçar a solicitação, para trazer a apresentação aqui, que é uma pauta estratégica para os municípios. Por favor.

01:03:07 Ester Feche Guimarães: Aí a URAE I faz parte. Até fiz uma lista aqui, a gente está fazendo com o IPA também, o mapeamento de áreas de risco, comunidades que estão em áreas de risco e perigo, até a gente foi olhar um pouco o conceito, então a gente pode trazer sim, acho que é importante. Obrigada.

01:03:25 Jônatas Trindade: Vamos fazer. E aí, só para, retornando aqui, agradecer a publicação. Eu fico sempre bem impressionado com a qualidade e a simplicidade na forma que as publicações da ABES trazem. Do ponto de vista de facilidade com que o cidadão pode se apropriar e trabalhar. Vocês estão realmente de parabéns. Não é a primeira, eu tenho outras publicações da ABES e sempre gosto, na forma e no conteúdo, realmente, que ajuda muito você pensar, inclusive, as políticas públicas por meio de soluções que estão aí postas e que às vezes a gente nem conhece. Eu conheci, acho que, 10% das soluções que estão propostas aqui, umas três ou quatro das 15 que estão aqui. Então é muito importante ter esse tipo de consolidação e de uma forma muito clara. Parabéns pelo trabalho. Em relação ao que o Manara colocou, acho que é fundamental, Manara, esse processo que vocês têm feito de articulação realmente de trabalhar as políticas públicas de forma regionalizada e integrada. Eu acho que esse é o caminho, realmente, da gente conseguir fortalecer as agendas públicas, e conte com o Estado para que a gente consiga avançar de uma forma muito própria. São Paulo, sendo referência, realmente, nessa integração, muito capitaneada pelos municípios, que tem realmente essa necessidade de juntar e integrar as pessoas para que o resultado seja efetivo. Aqui na Secretaria a gente tem feito esse trabalho, como o Kauê colocou, e o Rodrigo. A gente tem feito essa interação cada vez mais próxima, e conta também com o apoio dos senhores e senhoras nesse processo. Acho que esse processo, o processo, a construção na seara ambiental depende do apoio de muitas pessoas, porque são muitas questões a serem resolvidas, muitos pontos a serem trabalhados e se a gente não tiver essa articulação, essa participação de todos, eu acho que isso fica mais difícil, fica muito mais difícil da gente conseguir implementar o que precisa ser implementado aqui no Estado. Então, parabéns pelo esforço e pelo trabalho que vocês estão desenvolvendo, tenho certeza que vai virar referência para outros municípios e para o país, na forma de articulação e aproximação das agendas públicas.

01:05:47 Marcelo Manara: Secretário, conte sempre com a ANAMMA em reciprocidade para divulgar as políticas públicas. São golaços, questões importantes para os municípios. Então, a essência da atuação da ANAMMA é para isso.

1:05:59 Jônatas Trindade: Sim. Continuando, já falei um pouquinho da questão da soltura, Paulo Nelson. Nós estamos abertos aqui, totalmente à disposição para poder discutir. Em breve vai estar marcada essa reunião. Se vocês puderem estruturar a pauta e trazer de uma forma muito clara para a gente ver quais são os pontos que precisam ser trabalhados, por favor. Eu já recebi o documento de vocês, mas eu acho que é muito melhor na fala do que no papel, porque fica muito mais claro o que a gente precisa ser trabalhado e aí a gente consegue avançar. Eu acho que em relação ao saneamento, é fundamental que a gente consiga avançar, e a Secretaria tem se empenhado muito nesse trabalho, que não é um trabalho fácil, de universalização, é um desafio gigantesco, mas eu acredito que o tom, ou a forma como tem sido trabalhado, a gente vai conseguir um resultado bastante satisfatório no curto prazo. Nós observamos notícias, essa semana, em relação ao Tietê, que a mancha diminuiu um pouco, mas a gente sabe que o problema não é um problema de fácil solução. O que a gente espera, da nossa expectativa, é que a gente consiga, no médio prazo, nos próximos anos, ter um resultado muito mais satisfatório, porque é um processo que você vai acumulando o resultado, o resultado não vem de uma vez, ele vem acontecendo aos poucos, e pelo que tem sido feito, por exemplo, em relação à ligação, em especial aqui na Região Metropolitana Urbanos, os números são significativos. No último ano, eu não sei se tem isso de cabeça, Ester, mas eu tenho um número em torno de 8 mil, salvo melhor juízo, por aí, só no último ano, aqui na região metropolitana. Então isso mostra que a gente tem um caminho a perseguir, mas diz que algo já está acontecendo de uma forma muito efetiva e que o resultado vai se refletir na qualidade que a gente vai observar no Tietê. E em relação à questão da supressão de vegetação e a resolução do CONAMA 510, que foi publicada recentemente, eu acho que é um ponto sim de discussão e até de ver como é que a gente vai efetivamente implementar. Eu acho que São Paulo, pelo menos a CETESB, já está mais estruturada, consegue trabalhar no Sinaflor de uma forma mais própria, mais tranquila. Mas eu acho que depende também de um trabalho forte de capacitação. A gente vai ter que capacitar os municípios, aqueles que estão licenciando, acho que é importante anotar isso, e fazer essa articulação muito forte com o Ibama e com o Ministério do Meio Ambiente, para ver como é que a gente consegue efetivamente ter esse registro, até para entender como é que está avançando essa pauta de uma forma muito correta, dentro dessa perspectiva.

01:08:54 Paulo Nelson: Só uma parte, eu acho que essa é uma questão extremamente relevante e merece uma discussão, talvez na própria Câmara Técnica Normativa, para que a gente possa, de repente, pensar numa resolução ou uma nota de esclarecimento, de como aplicar essa norma dentro do Estado de São Paulo, para que não fique realmente, porque é uma norma geral, a gente sabe que o CONAMA pois, eu tive o cuidado de ler a norma e eu acho que ela é de extrema relevância e de preocupação, porque a gente sabe que se existem bons exemplos de municípios que olham com rigor, existem alguns exemplos que a gente tem preocupação. Eu acho que é importantíssima a visão regional, então acho que o Manara é uma pessoa, principalmente quando a gente fala de Litoral Norte, olhando ali a região metropolitana do Vale do Paraíba, pensar nessas questões. Nós temos uma área extremamente sensível, que é de Mata Atlântica, um dos pontos mais relevantes do Brasil de área de Mata Atlântica, esse nosso litoral, e isso nos causa preocupação. Então, eu acho que

discutir, pensar e pôr em pauta uma legislação dessa magnitude é de fundamental importância.

01:10:16 Jônatas Trindade: Então, seguindo aqui, reforçando a importância, doutora Tatiana, da participação do Ministério Público no acompanhamento mesmo, na fiscalização do que o Estado tem trabalhado. Acho que vocês têm sido indutores da melhoria da política. A gente tem esse entendimento que a coisa tem funcionado muito por essa abertura de conversar e poder ter essa troca e mostrar o caminho que a gente está seguindo, com ajustes necessários. Eu acho que isso faz parte do processo democrático de acompanhamento e o papel adicional do Ministério Público. E nós estamos também sempre à disposição para que a gente consiga avançar de uma forma bastante própria e correta em relação às essas execuções. Eu entendo aqui que a gente tem uma maturidade, dentro desse conselho, boa pela capacidade das pessoas em conseguir construir agendas e também dentro da Secretaria, de forma bastante coordenada e capitaneada pelos diversos diretores que cuidam de cada pauta no aprimoramento a nossas políticas públicas. A gente tem visto, nesse sentido, o que eu tenho colocado é o seguinte: quando eu cheguei aqui em São Paulo, havia uma desconfiança de como conduziríamos a política pública, e a gente sempre falou pela continuidade e melhoria daquilo que precisa ser melhorado e trazer escala naquilo que é necessário trazer escala. Por exemplo, a pauta da restauração. A gente tem cada vez mais que trabalhar nessa pauta, porque a gente enxerga como uma pauta que vai trazer muita resiliência climática para o Estado de São Paulo. Passamos por um processo, na década de 80, de 60 a 80, até início dos anos 90, aqui em São Paulo, isso o Inventário Florestal de São Paulo mostra muito claro, de degradação, de supressão vegetal numa perspectiva ou numa visão de mundo em que o desenvolvimento era aquele desenvolvimento pela supressão, e a gente sabe que é algo que tem que ser combinado. O desenvolvimento sustentado ou sustentável precisa de uma coisa trabalhada, considerando as premissas que hoje, as balizas que estão postas e que hoje a gente tem muito mais maturidade, há alguns anos temos muito mais maturidade para poder trabalhar em relação a esses assuntos. E aí a gente vê isso, que o Estado de São Paulo tem sido referência muito por acompanhar e propor medidas e ações que fazem parte de um complexo de políticas públicas que tem funcionado. Tem funcionado muito por mérito de construção não só do presente, mas principalmente do passado. O nosso propósito é poder contar sim com o Ministério Público sempre, para poder melhorar essas políticas, como do próprio CONSEMA. E aí, falando um pouquinho da questão do que foi colocado pelo conselheiro Sanseverino, a gente tem trabalhado muito nessa integração, município e Estado. A Defesa Civil tem feito um trabalho de articulação e de preparação das defesas civis municipais. E isso a Defesa Civil, tem divulgado de uma forma muito clara do que tem sido feito. A gente tem feito cada vez mais ações como a aquisição de equipamentos e, principalmente, de capacitação mesmo das defesas civis, para que elas estejam estruturadas tanto para o período de estiagem como para o período de chuvas. É um processo, o que a gente percebe também é que as mudanças de gestão precisam ser trabalhadas de uma forma, eu estou falando não só a gestão municipal, mas a estadual também tem que ser trabalhadas na forma de continuidade, porque a continuidade é que vai garantir com que a política pública seja fortalecida ao longo do tempo. Então, esse aspecto de integração, sim, a gente tem feito um trabalho muito forte. Nós podemos combinar também uma apresentação da Defesa Civil para explicar esse resultado do que tem sido feito, do que tem sido trabalhado e do que tem sido provido aos municípios, até para dar transparência em relação ao trabalho que tem sido realizado. Então, nós estamos trabalhando também num projeto da Secretaria, que visa trabalhar com o risco, análise de risco muito forte, focado no

Litoral Paulista, para todo o Litoral Paulista, e que tem esse olhar, sim, na preparação da população, na preparação da Defesa Civil, que a gente não quer só preparar a Defesa Civil, tem que preparar a população. E aí um dos focos que está sendo discutido e trabalhado com a Defesa Civil é para que a população esteja preparada para esses momentos. Na semana passada eu tive oportunidade de participar do evento, lá no Ministério Público, e a palestrante, que eu não vou lembrar o nome dela agora, falou exatamente disso, do quanto é necessária a população estar preparada para essas mudanças e como reagir às mudanças. No Brasil, infelizmente, a gente não tem a cultura da prevenção e do preparo. Estou falando enquanto cidadão, mas a gente conhece muito pouco ou se prepara muito pouco, diferente de outros países que passam por situações catastróficas, como foi relatado a questão do Japão, que já tem uma cultura na educação, a cultura japonesa de prevenção e de preparação a situações de emergência, ou situações catastróficas. Então nós estamos trabalhando em um projeto com esse objetivo, um projeto de médio prazo que vai mirar com certeza na melhoria da preparação de toda a população, em especial nesse momento. O projeto é direcionado para o litoral de São Paulo, litoral como um todo.

01:16:10 Carlos Sanseverino: Secretário, só uma parte. Então, nós folgamos em saber que haverá possibilidade de uma apresentação sobre o projeto de integração município e Estado em relação à Defesa Civil, e tenho certeza que será absolutamente importante, porque aqui nós estamos com vários stakeholders da sociedade civil e que poderão propagar para os seus respectivos núcleos, ampliando o eco daquilo que vem sendo feito e permitindo também, como o senhor acabou de dizer, que o cidadão seja conscientizado. Muito obrigado.

01:16:40 Jônatas Trindade: Em relação a concessão do Parque Villa-Lobos, a gente tem acompanhado não só desse parque, como os demais parques, e aí a gente tem que avaliar como é que a gente faz essa discussão, essa abordagem, porque tem um trabalho que tem sido acompanhado não somente pela Secretaria de Meio Ambiente, mas pela agência reguladora, que tem a responsabilidade de acompanhar a execução do contrato de concessão, então ela tem a responsabilidade direta de cobrar do concessionário o que tem, o que foi estabelecido em edital e contrato, seja do cumprimento das metas, do que foi pactuado, como também nos cuidados que tem que ter em relação a essa gestão.

01:17:21 Carlos Sanseverino: Senhor Secretário, aqui, só para trazer um overview do que se pretende, nós temos aqui na região entre Pinheiros e Alto Pinheiros, são quase 600, 700 mil pessoas que moram aqui. O Parque Villa-Lobos atende toda a cidade e eles começaram agora a fazer grandes eventos, eventos para 30, 40 mil pessoas. Há um stress logístico, há uma preocupação com relação à segurança, Há uma previsão da abertura do parque para a Marginal. Nós temos uma via única aqui, que é a Fonseca Rodrigues, que atende para quem chega no parque, isso está trazendo uma série de desconfortos que atingem toda a região, um aumento de criminalidade. E há uma questão ambiental em jogo, que é a utilização do parque por várias pessoas nos eventos, que são grandiosos, de shows de grandes artistas, evento, agora, como vai ter de comida, e de comer bem, etc e tal. Então é importante que nós, enquanto sociedade civil, sejamos aparelhados. Eu acho interessante que haja também aqui uma apresentação para que a gente entenda, até para poder também responder a Sociedade Amigos do Alto dos Pinheiros, uma entidade que tem há mais de 40 anos, fez as denúncias e está solicitando uma audiência. Se o escopo dessa audiência será trazido para o CONSEMA posteriormente, como esclarecimento, acho interessante, mas num primeiro momento, seria importante que, por seu intermédio, como o nosso secretário, pudesse ser

agendada uma reunião para receber a diretoria dessa entidade, que irá formalizar as denúncias que nos chegaram. Eu aguardo o retorno.

01:18:51 Jônatas Trindade: Tá bom. Em relação à COP 30, nós temos trabalhado, acho que responde também o conselheiro Beloyanes, numa organização, primeiro, do que a gente está chamando, o Summit, que é uma pré COP, um evento que vai ocorrer aqui em São Paulo nos dias 04 e 05, e vai ser no Villa-Lobos também, um evento que a gente quer discutir as políticas públicas ambientais desenvolvidas aqui no Estado de São Paulo, não só aqui no Estado de São Paulo, mas em outros estados da Federação, com a abertura e participação direta da sociedade civil, para que a gente possa também levar a preocupação de São Paulo para a COP.

01:19:33 Carlos Sanseverino: Os conselheiros estão convidados para o Summit?

01:19:37 Jônatas Trindade: Todos. Se não receberam o convite, a gente vai pedir para que seja encaminhado.

01:19:42 Carlos Sanseverino: Muito bem. Temos interesse em participar e participar do debate. Muito obrigado.

01:19:47 Jônatas Trindade: E aí, gente, para entender a lógica, acho que a lógica é o que o Beloyanis trouxe, é uma lógica de como a gente discutiu a conferência estadual, Beloyanis, de marcar algum momento para discutir o que vai ser tratado, como é que está sendo discutido, como é que está sendo preparado, que a coordenação do evento está sendo conduzida pelo gabinete da Secretaria, não está sendo feito pela Subsecretaria de Meio Ambiente, mas eu posso conversar com quem está organizando para que faça esse contato e a gente agende uma reunião para discutir o evento e discutir a participação da Secretaria, tanto nessa pré COP como na COP. Tá bom? Em relação ao pedido do conselheiro Andrés, que está online, da proposta de atribuição de tarefa, conselheiro, a gente precisa que isso seja formalizado de forma regimental, por requerimento de um quarto dos membros do conselho, para que a gente possa levar isso para a discussão na Câmara de Políticas Públicas. Acho que é importante ter essa oficialização, essa formatação, para que a gente possa discutir esse assunto com os demais assuntos que foram colocados, a discussão da logística reversa, de uma forma geral, para que a gente faça essa avaliação de uma forma muito própria dentro da Câmara e a gente chegue a algum resultado ou alguma informação que possa trazer clareza à discussão que tem sido feita. Por favor, pode falar.

01:21:25 Andrés Vernet: Senhor Jônatas, eu estou estranhando essa solicitação do senhor, porque em outras oportunidades nunca houve isso, sempre foi discutido aqui, colocado em votação. Todas as outras, nunca houve esse tipo de pedido. Eu estou realmente estranhando.

01:19:41 Jônatas Trindade: Olha, todas as vezes tiveram, inclusive, algumas reuniões atrás a gente fez isso aqui no plenário, na forma. Já tinha um pedido de alguns conselheiros e a gente reforçou isso aqui no plenário, e os conselheiros concordaram em aprovar a inclusão para levar isso para discussão na Câmara. Mas sim, houve o pedido prévio para que a gente organizasse, pudesse submeter ao plenário para aprovação. Não é estranho, está no regimento, artigo 3º, parágrafo, 1º, alínea a do nosso Regimento Interno do CONSEMA.

01:22:25 Andrés Vernet: Quantos conselheiros tem que designar?

01:22:27 Jônatas Trindade: Um quarto, eu preciso de nove conselheiros. Então assim, se o senhor quiser, a gente ajuda a organizar e a gente faz uma provocação por e-mail para todos os conselheiros. A gente coleta aqueles que são favoráveis. A gente pode fazer isso, não tem problema. E aí a gente dá uma devolutiva na próxima reunião em relação a quem quer aderir a pauta, quer que seja incluída e a gente traz a votação aqui no plenário, pode ser?

01:23:01 Andrés Vernet: Aí eu mando um e-mail para o CONSEMA?

01:23:04 Jônatas Trindade: Manda um e-mail para o CONSEMA que aí a gente faz a articulação com os conselheiros, já que é um pedido que o senhor está fazendo, a gente faz essa articulação com todo mundo. Pode ser?

01:23:17 Ricardo Crepaldi: Subsecretário Jônatas, só por questão de esclarecimento, o Andrés pediu revisão de um decreto. A gente pode fazer isso? Eu tenho dúvida sobre isso.

01:23:29 Jônatas Trindade: Na questão de decreto, a gente pode até fazer a discussão, mas como uma recomendação ao governador, porque é o decreto do governador, né?

01:23:42 Ricardo Crepaldi: Só para a gente deixar claro, até onde a gente pode chegar, até onde nós não podemos.

01:23:47 Jônatas Trindade: Exatamente, bem lembrado. Vamos avançar para a gente avançar na pauta, que temos duas apresentações. Mas só para falar em relação a um pedido do Beloyanis. Beloyanis, em que situação? Eu não conhecia a situação desse aterro de São Mateus, ele já iniciou o processo?

01:24:12 Beloyanis Monteiro: Já iniciou, está na prefeitura e Secretaria do Verde, mas eu posso trazer para vocês maiores informações. Eu te envio mais informações de todo o processo que está rolando. A minha sugestão é que a gente pudesse fazer essa apresentação pelo pessoal do movimento aqui no CONSEMA para compartilhar com todo mundo antes que esse processo tiver... Eu acho que já tem uma parte na CETESB, eu não sei bem a informação, porque me pediram: Olha, você levanta essa pauta dentro do CONSEMA, porque com certeza essa questão do aterro vai passar pela CETESB e pelo CONSEMA. Então, eu posso verificar direitinho, mas a minha sugestão é que alguém do movimento, uma liderança do movimento viesse falar para todos os conselheiros do que realmente está acontecendo, quais os desafios, em que estado que está acontecendo essa história da instalação do incinerador lá em São Mateus, e essa, para mim, no meu caso aqui, que eu vejo, preocupante é a supressão de 703 mil árvores de Mata Atlântica. Então acho que, em tempo de COP, a gente está falando de supressão, então, acho que a gente precisa ter uma atenção especial. Então, por isso que eu estou querendo chamar a atenção nesse sentido, e foi uma solicitação de um pessoal do movimento que está bem articulado, estão passando abaixo assinado, então me pediram, "você está no CONSEMA, levanta essa pauta no CONSEMA."

01:25:46 Jônatas Trindade: Tá certo. Em relação, só para reforçar o que você pediu também, Beloyanis, eu vou fazer articulação com o gabinete para que a gente promova uma

reunião, pode ser online, para que seja esclarecido o trabalho que está sendo desenvolvido e preparado para a COP, tanto na pré quanto para a COP. Eu vou articular com o gabinete para que eles agendem essa reunião com os conselheiros, aqueles que estiverem interessados. Tá bom? Então vamos.

01:26:14 Beloyanis Monteiro: Jônatas, eu não sei se eu perdi mais ou menos aqui, eu fiz uma solicitação da gente apresentar o Relatório da Qualidade da Água do Tietê, que a SOS lançou no dia 22, se seria possível a gente apresentar aqui no CONSEMA? Esse é um pedido da SOS.

01:26:38 Jônatas Trindade: Acho que sim, conselheiro. Vamos organizar a agenda. Aí a gente comunica antes, dentro do prazo regimental, que a gente comunica todas as pautas, a gente tem um levantamento aqui, que a secretaria executiva do CONSEMA faz em relação às agendas, e a gente inclui essa pauta e pode incluir outras pautas de interesse dos conselheiros para que a gente faça a discussão aqui dentro do plenário.

01:27:04 Carlos Sanseverino: Secretário, pela ordem, em relação aos pleitos, depois eles serão respondidos individualmente? A questão do grupo para a COP, do WhatsApp, o estudo e a agenda do parque, isso tudo vai ser respondido individualmente para a Ordem dos Advogados?

01:27:23 Jônatas Trindade: A gente pode responder. O que eu estava propondo é de marcar já uma reunião para discutir e ver essa necessidade, na discussão, da necessidade de um grupo de WhatsApp. Não sei se funciona na dinâmica do que a gente está preparando. A ideia era para fazer uma apresentação geral do que está sendo programado pela Secretaria para apresentar na COP.

01:27:44 Carlos Sanseverino: Veja, são temas diferentes, senhor secretário. Uma coisa é o tema COP 30, a outra é um grupo permanente, como existe no Conselho Municipal do Meio Ambiente, para facilitar a interação entre os membros do Conselho Estadual, onde este grupo de WhatsApp poderia ser alimentado institucionalmente com a participação, com as pautas, para o conhecimento de todos. Então nos parece que é uma coisa muito interessante, porque nos aproximaria enquanto conselheiros, as instituições poderiam trocar ideias e poderiam chegar aqui sempre com o balizamento do regimento do CONSEMA.

01:28:13 Jônatas Trindade: Tá bom, eu vou conversar com o gabinete para ver como é que viabiliza, se é possível viabilizar esse grupo.

01:28:19 Naiana Lanza: Bom pessoal, dando sequência aqui na reunião, eu gostaria só de lembrar um pouco o nosso regimento, que essa dinâmica de interações após a fala na presidência, essa interação que aconteceu aqui hoje, ela não é permitida pelo nosso regimento, a não ser quando tem uma questão nominal, só para a gente relembrar o nosso regimento, para que a gente, nas próximas reuniões, a gente tenha isso como referência, porque senão, dependendo da pauta, fica muito puxado e esse bate bola de questões, porque sempre surgem após a fala da presidência, alguma complementação, mas assim. Então, eu queria pedir essa colaboração dos conselheiros que, na fala da presidência, que a gente deixe os questionamentos que surjam para a gente fazer depois, ouvir a secretaria executiva, se ainda restar alguma dúvida. Eu só queria pedir essa gentileza para todos e todas. Eu queria

aproveitar e responder ao Victorino a questão da resposta ao CONDEMAT, isso já foi enviado, Victorino, oficialmente. Se não chegou em você, a gente, depois eu te dou o ofício aqui, só para dar essa devolutiva também, que acho que ficou faltando. E aí eu queria, antes de passar para a Ordem do Dia, eu queria pedir autorização do plenário para a gente trazer um ponto de pauta, inserir um ponto de pauta ainda na Ordem do Dia, que seria a indicação deste conselho, da pessoa para Ouvidoria Ambiental. Então, eu queria ver se tudo bem a gente pautar isso aqui, se todos estariam de acordo com a gente conversar sobre isso rapidamente. Já temos aqui o nome da pessoa, se tem alguma objeção do conselho para a gente já trazer esse ponto de pauta hoje? Não. Então, se todos estiverem de acordo, a presidência, então, indica a servidora Maria Estela, que é ouvidora da Secretaria, suplente da Diretoria de Educação Ambiental da Laura, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente para ser a Ouvidora Ambiental da Pasta no termo, se tudo bem a gente fazer essa indicação, se temos alguma objeção de algum conselheiro. Não? Então, perfeito, o CONSEMA indica a senhora Maria Estela para ser Ouvidora Ambiental da pasta, pelo CONSEMA. Então, dito isso, passamos então agora a Ordem do Dia e, antes disso, só aproveitando a fala do Jônatas, aqueles conselheiros de Secretarias de Estado que também queiram sugerir pontos de pauta, que mandem para a gente, que a gente começa a organizar isso e a gente começa a pensar um cronograma para fazer essas pautas e trazer essas pautas. Então, essa questão é super bem-vinda, então, quem quiser mandar pontos de pauta para a Secretária Executiva, fiquem à vontade. Estamos abertos a isso para conseguir trazer todos os temas para este conselho, obviamente dentro de um cronograma.

01:31:32 Carlos Sanseverino: Secretária, só um ponto. Em relação às atribuições da Ouvidoria, poderia por gentileza, informar a cada um dos conselheiros as atribuições, porque é muito bem-vindo, assim a gente pode saber e ter o contato dela. Gostaria que fosse divulgado o contato da ouvidora e as atribuições, porque assim a gente pode interagir com ela. Muito Obrigado.

01:31:48 Naiana Lanza: Perfeito, combinado.

01:31:52 Marcelo Manara: Secretária, só uma questão de ordem, só para entender. Esse encaminhamento, podemos entender que a sugestão, a solicitação da Ester trazer o trabalho de desenvolvimento pela Sabesp, nós temos que encaminhar essa solicitação ou isso já foi decidido?

01:32:09 Naiana Lanza: Não, o que está aqui em plenário a gente registra. Não se preocupem, a gente faz essa gestão. É só, eventualmente, algum tema que não tenha surgido aqui no plenário e que as instituições têm o interesse de trazer adicionalmente. Então, passamos agora a Ordem do Dia com a pauta, a apresentação sobre o panorama atual do Cadastro Ambiental Rural, uma pauta bastante desejada desse conselho. Então convido o senhor Luís Gustavo de Souza Ferreira, que é o coordenador de Regularização Ambiental Rural e o responsável técnico pela implantação e execução do Cadastro Ambiental Rural e do Programa de Regularização Ambiental, o PRA, em todo o território paulista. Luís Gustavo, agradeço a presença, e seja bem-vindo ao Plenário do CONSEMA.

01:33:24 Luís Gustavo de Souza Ferreira: Bem, antes de começar, um bom dia a todos. Em nome do subsecretário Jônatas, agradecer o convite para participar dessa audiência aqui do CONSEMA e trazer alguns aspectos em relação ao Cadastro Ambiental Rural, que no Estado de São Paulo é o Programa de Regularização Ambiental. Eu vou apresentar aqui

alguns números. Vou ser bem breve nessa apresentação para, posteriormente, se houver alguns questionamentos, dúvidas, que a gente possa estar esclarecendo. Então, meu nome é Luís Gustavo, sou engenheiro agrônomo da Secretaria de Agricultura e, atualmente, estou coordenando a questão do Cadastro Ambiental Rural e do Programa de Regularização Ambiental dentro do Estado de São Paulo. Tudo se baseia aqui. A gente sabe que através do programa Agro Legal, que foi instituído pelo Decreto, nós temos quatro diretrizes que foram implementadas dentro desse Decreto. Em relação a essas diretrizes, eu não vou comentar quais são as diretrizes, elas estão expostas. A única que tem um pouco mais de dificuldade de implantação, todas as outras, os mecanismos de regularização, os mecanismos de facilitação, de compensação, a mais complicada de tudo hoje é a terceira, então a terceira ainda eu não consegui, espero que eu consiga futuramente, a captação de recursos para que a gente possa avançar na questão orçamentária dentro da própria estrutura da Secretaria, como do governo, para que a gente possa avançar em políticas públicas para a gente melhorar a questão da regularização. O restante, todo o sistema do Sicar SP, está plenamente em funcionamento, desde a parte do cadastramento dessas propriedades rurais até a fase de monitoramento das áreas de recuperação florestal. Então, já está totalmente implantado isso dentro do sistema. Acho que agora aqui, só a parte de... o universo nosso é esse daqui, 438.964 Cadastros Ambientais executados, declarados dentro da nossa plataforma. É um universo grande, de múltiplas peculiaridades dessas áreas, sendo que, desses cadastros ativos, nós aqui no Estado, a gente já realizou quase 400 mil análises já foram realizadas. É o primeiro estado brasileiro que a gente já conseguiu fazer uma análise geral de todos esses cadastros, em todos os aspectos incluídos que esses produtores declararam dentro do sistema. Dizer que esses cadastros, a grande maioria, eles são oriundos do primeiro cadastro que foi realizado, que começou a ser realizado aqui na própria Secretaria do Meio Ambiente, enquanto o sistema era o SIGAM. A gente importou todos esses dados para o novo sistema, então não foi perdido absolutamente nada de dados cadastrais desses produtores rurais, pelo contrário. Então a gente já conseguiu fazer essa primeira, em 2020, 2021, a gente passou por uma análise já desses quase 400 mil cadastros. Hoje, o que nós temos hoje, esse dado é de agosto, 172.816 Cadastros validados. Hoje já estamos com 185 mil nesse exato momento, e uma projeção até 31 de dezembro de 200 mil cadastros validados. O que são esses validados? Ele passou por todas as etapas para uma validação. Essa validação pode ser esse cadastro está em conformidade com a Lei, essas propriedades rurais. Quer dizer, não tem nenhum passivo ambiental a ser recomposto, restaurado como queiram. E outra parte, ela tem um passivo ambiental a ser realizado através do quê? Do nosso Programa de Regularização Ambiental, que também será inserido dentro do Programa do CAR, do Sicar, que é o Módulo de Regularização Ambiental. Então é um avanço significativo. Volto a falar, é um número expressivo de cadastros já validados, é um esforço muito grande dentro da Secretaria, dos nossos técnicos, para fazer essa validação. Contamos também, lógico, com a inteligência do próprio sistema que foi implementado, que ajuda muito também nessa questão da análise técnica, da validação desses CARs. Conta muito também com as nossas resoluções, os nossos decretos, que regulamentou a nossa base de referência dentro do sistema, Eu acho que é uma questão muito importante também, inclusive nessa base de referência, esses mapas que foram homologados através de uma resolução, eles foram todos certificados para que eles possam estar atuando dentro do próprio sistema. Então, foi isso que proporcionou esse número de quase 200 mil cadastros validados. Uma coisa que é tão importante, nós temos ali, hoje está chegando já quase 20 mil cadastros cancelados. Então, você vê que o que acontece: uma coisa é a declaração, e depois que a gente vai checando, vai fazendo todas as análises, a gente vê realmente

problemas de sobreposição, sobreposição com terras indígenas, sobreposição com unidades de conservação, CARS que foram feitos, declarações fakes, várias fakes de tentativa de tentar pensar que você faz um cadastro, você já tem o domínio do cadastro. É um cadastro ambiental, ele não é fundiário, ele não tem esse espectro de fundiário dentro do cadastro. A regularização fundiária é feita numa outra esfera. Nós estamos falando aqui de regularização ambiental, e é o espaço físico que existe dentro daquela propriedade, e é isso que a gente analisa. Os corpos hídricos, a questão das APPs, a reserva legal, o uso restrito, o uso consolidado, a questão das nascentes. É isso que a gente analisa dentro de um Cadastro Ambiental Rural. Então, é um esforço também muito grande nosso para fazer esse cancelamento e tirar esses CARS irregulares do sistema. E o resultado disso daqui, dessas análises, quase 180 hoje, é mais ou menos isso daqui. Número de cadastros validados. Esse daqui é o relatório CAR PRADA. PRADA são os projetos, né? Então, eu tenho aqui 48.530 cadastros validados. Desses validados, eu já tenho no sistema área a recompor, quase 100 mil hectares. Então esse, hoje, é o panorama do Estado. Dentro desses cadastros, eu já tenho 100 mil hectares a recompor, APP, quase 55 mil, e a reserva legal, quase 40 mil. Bem, isso daqui já é um universo concreto que está acontecendo hoje, agora para descompromissados, o que é o PRADA compromissado? É aquele que o produtor fez o projeto, a gente acusou que ele tem um passivo, ele fez um projeto, eu analisei o projeto, a secretaria analisa todos os projetos através do sistema e ele já assinou Termo de Compromisso com a Secretaria de Agricultura, com o Estado, para que ele faça essa recomposição. Aí o número cai bastante para 663 PRADAs compromissados. Então, a recompor, dentro desses 663, eu tenho hoje quase 15. Hoje passou de 15, mas em agosto estava a recompor uma área de quase 14 mil hectares. Aí eu falo em APP, em reserva legal. Essas são as quantidades, e a compensar, já cadastrado no sistema, eu tenho quase 7 mil hectares que estão sendo utilizados para compensação de reserva legal, ou dentro do Estado de São Paulo, ou fora do Estado de São Paulo. Aqui, é bom a gente salientar o seguinte: quando eu fiz a análise, todos esses daqui são análises já concluídas no sistema, quase 100 mil hectares de área a recompor, ele tem um ano, pela lei, para chegar aqui. Um ano, né? Se passar desse um ano, aí eu posso fazer uma sanção contra esse proprietário. Suspender o cadastro dele, provavelmente é uma suspensão de cadastro para que ele consiga, a gente vai notificá-lo, logicamente, para que ele faça o projeto dele. Então, esses daqui estão na data ainda válida para fazer o projeto, e esses daqui já fizeram. Qual é o espectro nosso? É cada dia mais a gente motivar esse produtor, entrar em contato com esse produtor, para que ele possa fazer e chegar a assinar o Termo de Compromisso. Hoje a gente já está batendo quase mil termos assinados, com uma área um pouco maior de 100 mil hectares. Mas esse é um grande desafio nosso, da Secretaria da Agricultura, para que a gente chegue nesse produtor e ele antecipe a elaboração desse projeto e, conseqüentemente, também a assinatura do Termo de Compromisso e já comece a executar essa questão da recuperação florestal na sua área. Esses daqui já começaram, então aqui, a grande maioria dos projetos que a gente tem visto é de regeneração natural, mais enriquecimento. Não é puramente regeneração natural, no próprio sistema a gente não aceita muito 100% regeneração natural, e sempre tem um incremento na questão do enriquecimento dessa área através de plantio de mudas. Então, aqui é só aquela base. Eu tenho 663 cadastros compromissados e mais de 1000 enviados, 168 ainda aguardando a análise. Enfim, nós estamos fazendo ainda um grande mutirão para a validação desses cadastros. Onde que tem mais? Na região do Pontal, e ali do lado também. A região do Pontal é uma área que tem bastante demanda nessa questão da regularização ambiental hoje no estado de São Paulo. Acho que é só uma questão, retificando onde é que está saindo mais compromissos. É a região de Pontal, depois pega ali

um pedacinho de São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, indo lá para cima. Mas a grande demanda é ainda a região do Pontal do Paranapanema, que eu acho que é até importante isso daí, porque é uma área que está sendo entregue vários títulos hoje de propriedades, e é uma área que a gente está dando bastante ênfase na regularização ambiental, e através do Itesp, a regularização fundiária nessas áreas. Só para enfatizar, a Secretaria da Agricultura, a gente é parceiro, lógico, a gente está no mesmo estado da Secretaria do Meio Ambiente. Prova disso é dessa parceria efetiva que a gente tem com o meio ambiente. Foi o lançamento do primeiro manual, Manual Técnico Operacional para a questão de recomposição da vegetação nativa, o que a gente fez em conjunto com todo o setor aqui da Secretaria do Meio Ambiente, Terceiro Setor também. E o mais recente, agora, é o programa de Compensação de Reserva Legal, é o volume II desse manual, que também foi feito em conjunto aqui com a Secretaria do Meio Ambiente, que é parceira também do Programa Agro Legal e está sendo isso daí, tanto da compensação quanto do outro, um espelho para outros estados estarem também consultando, a gente tem bastante demanda de consultas em relação a esses dois manuais que foram feitos em forma de resolução. Ele não foi simplesmente uma publicação, então ele foi feito em uma forma de resolução de ambos os secretários de Estado. Acho que é basicamente isso. Eu estou à disposição para maiores esclarecimentos e queria agradecer mais uma vez a oportunidade. E embora seja um curto espaço de tempo, que eu tinha muito mais coisas para falar em relação a regularização ambiental, que é um tema muito vasto, e são 400 e quase 50 mil propriedades que a gente tem para trabalhar, né? Já chegamos quase na metade, e espero que num futuro próximo a gente consiga, numa próxima reunião aqui, eu trazer mais dados mais concretos da finalização desse grande projeto do Estado de São Paulo, que é a regularização ambiental dessas propriedades rurais. Muito obrigado.

01:48:18 Naiana Lanza: Muito obrigada, Luís Gustavo. Passemos então agora às perguntas dos conselheiros. Vamos ver quantos conselheiros teremos inscritos para que a gente organize. Então vamos lá: Cris Murgel, Paulo Nelson, doutora Tatiana, Manara, Rodrigo, Victorino. Então aqui no presencial Cris Murgel, Paulo Nelson, doutora Tatiana, Manara, Victorino e Rodrigo. Online, vamos ver se temos pessoas online. Sem pessoas online. Então, por favor, Cris Murgel.

01:49:16 Cristina Murgel: Bom dia a todos. É um prazer reencontrar aqui o Luís. O Luís, bom, eu particularmente acompanhei esse processo, a FAESP hoje acompanha de perto esse processo e também interagindo com a CNA e com as demais federações na questão da implementação do Código Florestal. Não há dúvida nenhuma que São Paulo está a anos luz, por várias circunstâncias, tanto pela característica institucional do Estado, pela atuação dos órgãos de controle, pelo ferramental que foi investido, pela capacidade técnica da agricultura. Realmente a gente tem avançado muito. O que a FAESP tem percebido nesse processo, Luís, é que nós, o Estado, investiu bastante olhando para dentro, olhando para o sistema, olhando para o processo, para o procedimento, São Paulo hoje tem uma segurança jurídica nesse processo, tem uma segurança técnica, tem um ferramental técnico que está funcionando bem. A gente não tem encontrado queixas no sistema, porém, o que nós temos observado? No último ano eu, particularmente, rodei cerca de 60 sindicatos rurais falando sobre o processo de regularização. E o que a gente percebe é que o processo ainda está muito longe do produtor e das entidades que o apoiam ali na ponta. O processo, as suas etapas, o procedimento, o que quer dizer cada etapa? Como é que eu leio o documento? Isso realmente está muito longe, e não só do produtor. O que nos surpreendeu também é que às vezes o prestador de serviço que está ali naquela região, que há regiões que não tem tantos

prestadores de serviço assim, ele está longe do processo. Ele ainda não percebeu as mudanças, ele não está acompanhando de fato, esse procedimento não foi absorvido. Então, para nós, na FAESP, acho que chegou esse momento, esse momento de a gente trabalhar conjuntamente com o poder público, no sentido de difundir esse processo e dar segurança para que esses termos sejam assinados. Há muitos produtores que estão com seu cadastro validado e não sabem dessa informação porque existe uma modalidade que aprova as pequenas propriedades automaticamente. O que quer dizer esse 'aguardando regularização'? A gente teve que desenvolver lá toda uma tradução das condições do CAR. A gente faz uma apresentação dizendo: Olha, isso significa isso, isso quer dizer isso, para que ele possa ler o documento, né? Então, é nesse sentido a minha fala. Eu acho que a gente tem que trabalhar mais nisso. E um outro aspecto que eu acho importante, é a interação do CAR com os demais procedimentos de fiscalização e os projetos estratégicos de restauração. Eu, recentemente, até agradei aqui, tanto o Luís Gustavo quanto o Kauê, nos receberam para tratar das notificações a respeito da reparação de dano dos incêndios de 2024, e nós reparamos que essas notificações não faziam sequer menção ao CAR, o que nos causou surpresa no sentido de que a gente precisa trazer o número do CAR para esse produtor junto com a própria possibilidade dele reparar isso na regularização e também, talvez alinhar um pouco, priorizar a regularização dessas áreas que vão ter que ser recuperadas, porque aí ganhamos todos, já partimos de uma base regularizada. Então, esse afinamento de procedimentos é o que a FAESP nota que ainda é necessário. Nós nos deparamos, em muitas regiões em que a gente trabalha, com projetos de restauração, às vezes com recurso do FeHidro, com recurso público diversos, onde a situação do CAR sequer é observada. Então, esse afinamento das demais políticas públicas, o Luís citou na apresentação dele a importância do Pontal e do processo de regularização fundiária no Pontal, casando com a regularização ambiental. Isso também precisa ir para as demais políticas em termos de priorização de análise, priorização de chamamento desse produtor, porque aí ganhamos todos. A FAESP, desde já se coloca à disposição para trabalhos conjuntos no que pudermos auxiliar, porque realmente a questão do Código Florestal é essencial para o setor, o setor quer essa regularização e vamos trabalhar para isso. Obrigada.

01:54:37 Naiana Lanza: Obrigada. Você quer responder ponto a ponto? Tá bom, então vamos lá.

01:54:46 Luís Gustavo de Souza Ferreira: Bem, concordo plenamente da sua colocação, Cristina. Realmente, eu gastei muito tempo com o sistema. Eu precisava dar uma segurança para os nossos mais de 450 técnicos para que eles façam uma análise juridicamente correta, sem ter nenhum problema de questões futuras com esses profissionais. E a tecnologia não é tão rápida assim, porque ela não é um mero cadastro. Não é só digitar o nome da pessoa, é um cadastro físico. Ela parte com a parte GEO, e tudo que tem a parte GEO junto com o cadastro é um pouco mais complexo de você fazer esse tipo de análise, mas isso daí eu acho que agora, que nem você colocou, ele foi superado. Nós conseguimos de 0 a 100, ele está pronto o sistema agora, todas as etapas dele são passíveis de você fazer até o monitoramento dessas áreas em — (ininteligível 01:55:47). O próximo passo, que nem, eu estou saindo daqui agora, daqui a pouco, lógico, estou indo para Bauru, eu estou fazendo mais 80 pessoas, técnicos também, mais capacitação dessas pessoas nossas. Depois, desses 80, vou pegar mais 80. A gente não para de fazer isso aí dentro do Estado. O Estado inteiro está imbuído nisso aí. Um ponto favorável foi a própria criação da coordenadoria. Antes não tinha, então, hoje já temos uma Coordenadoria de Regularização Ambiental Rural e estou captando mais

15 técnicos engenheiros que vão trabalhar junto com a gente. E eu acho que isso daí vai fortalecer bastante. E a gente tem realmente que, da melhor forma possível, fazer essa capacitação, marketing, junto a esses produtores para que eles reconheçam, eles tenham um acesso ao sistema. Agora, uma coisa que eu também... Eu treinei, eu fiz capacitação em praticamente todas as grandes cooperativas do estado. Eu pessoalmente, eu fiz capacitação na grande maioria das usinas do estado. Eu fiz capacitação junto ao setor florestal do Estado, buscando exatamente isso daí que você falou, Cris, e o resultado não foi bom. Eles, acho, que não entenderam ainda a real necessidade de ter essa regularização dessas propriedades, não só da usina própria, cana própria, área própria, mas também dos fornecedores que estão ligados. Então estou retornando, por exemplo, agora, dia 16 17, na Única, lá em Piracicaba, exatamente para reforçar a necessidade, porque é uma declaração deles, é do produtor, então a responsabilidade também tem que ser dividida com eles. A parte do Estado a gente fez, vai melhorar, está fazendo mais. Mas eles também têm uma responsabilidade de estarem imbuídos em toda essa questão da regularização ambiental.

01:57:57 Naiana Lanza: Obrigada. Passamos então agora ao conselheiro Paulo Nelson.

01:58:02 Paulo Nelson: Oi, Luís, obrigado pela sua apresentação. É muito importante sempre a gente ter esses esclarecimentos. Eu tenho algumas questões que eu gostaria de trazer para a sua análise: a primeira delas é a questão da sobreposição dos cadastros. A gente vê que existem pessoas até às vezes mal intencionadas, que sobrepõem cadastro para poder gerar depois uma futura ação possessória, dizendo que explorava uma área que não explora, sobreposições que não tem comprovação nem de posse nem de propriedade. A gente sabe que o Incra ainda é um caminho árduo para qualquer um que queira assumir. Eu tenho até aqui um depoimento que me deixa perplexo, um cadastro de um profissional no Incra para poder georreferenciar com todos os pré requisitos feitos, demora mais de um ano. Qual é a lógica disso? Não sei, mas vamos lá. Isso não é o objeto da sua análise. Quanto ao Incra, eu pergunto: nessa questão da sobreposição, seria muito importante saber qual é a relação da Secretaria com o Incra, no sentido de validar as propriedades que estão cadastradas no Incra, que pressupõe-se que tem uma legitimidade de titularidade para que possa, esses cadastros que estão sobrepostos, serem mais otimizados a facilidade de contraponto. Eu sou advogado também e tenho muita dificuldade de entrar no CAR para poder apresentar impugnações sobre diversas questões. Então, eu acho que o sistema não é muito amigável nesse sentido, de que quem é proprietário ou o procurador que queira entrar no sistema, a gente tem muita dificuldade para poder interagir. Eu acho que na medida em que você possa apresentar questões relevantes e fundamentadas, o sistema tem que ser mais amigável para recebê-las, porque facilita, inclusive, o próprio trabalho da Secretaria. Uma outra questão que eu gostaria de trazer, você estava colocando aqui dos cadastros irregulares que se sobrepõem às Unidades de Conservação. Muitas propriedades, principalmente no Litoral Norte, você vai ter propriedades que são rurais, que se sobrepõem, na sua totalidade, em Unidades de Conservação. E essa é uma questão extremamente relevante, porque as Unidades de Conservação, a gente tem todo um procedimento na própria Fundação Florestal para doá-las para a Fundação como forma de compensação, inclusive considerando, nesses casos, como área prioritária para efeito de compensação. E, no entanto, esses cadastros, via de regra, eles se sobrepõem e trazem a sua descrição, sobrepondo as áreas de Unidades de Conservação. Então, como é que isso é tratado, quando isso é feito, se tem uma regularidade ou se isso é realmente uma prática que deve ser objeto de análise da própria Secretaria? Bom, e a outra questão é justamente como é que está a

questão das Reservas Legais dentro dessas compensações na Unidade de Conservação? Isso está sendo admitido facilmente? Quer dizer, eu posso usar as áreas de Unidade de Conservação como compensação das Reservas Legais? Está sendo admitido isso? E por último, eu queria saber se existe possibilidade de você fazer projetos de enriquecimento dentro das Unidades de Conservação? Que a gente sabe que tem Unidades de Conservação que estão extremamente fora de área de cobertura. Então, se existe a possibilidade de trazer processos de regularização com o replantio, evidentemente, com a aprovação e parecer favorável da Fundação, a gente entende que seja de qualquer forma, mas se existe essa possibilidade dentro da análise da Secretaria? Obrigado.

02:02:30 Naiana Lanza: Obrigado, conselheiro.

02:02:32 Luís Gustavo de Souza Ferreira: Paulo, em relação à primeira pergunta, nós temos um índice, uma quantidade em porcentagem de sobreposição, 03, 05 e 10%. Tipo, 10% para menores propriedades. Então, o sistema deixa você ter uma certa quantidade de sobreposição. É regularização ambiental, ela não é fundiária. Passou desses índices, de pequena propriedade, médio e grande, aí sim a gente recusa. A gente não faz análise, a gente devolve e notifica. Arruma, notifica o produtor para ele entrar em contato com o vizinho dele, alguma coisa nesse sentido, para ver por que está acontecendo essa sobreposição ou se a declaração dele está errada mesmo, que ele pode corrigir a qualquer momento. Entendeu? Então, nesse ponto é muito claro, o sistema não deixa mesmo, não deixa, só essas pequenas sobreposições permite que você, porque nem todo mundo tem o georreferenciamento, principalmente o pequeno produtor, aquela coisa toda. A questão da Reserva Legal dentro de UC, hoje a gente já está fazendo compensação de Reserva Legal no estado inteiro, tanto dentro do Estado como fora do Estado. Fora do Estado é mais área de Cerrado, porque o Estado de São Paulo não tem praticamente, até estava conversando com o Rodrigo ontem, não tem áreas de Cerrado dentro de parques, não têm, é pouco. Se tiver, eu desconheço. Então, essa compensação de Reserva Legal ela está sendo feita fora do estado de São Paulo, em Unidades de Conservação, preferencialmente, os produtores estão optando por fazer dentro de áreas do ICMBio. São áreas mais baratas do que propriedades particulares do Estado onde tenham um excedente de vegetação nativa no Cerrado, onde um valor é estratosférico, que ninguém consegue fazer essa negociação. E dentro da Unidade de Conservação sim, proprietários que têm, lógico, escritura definitiva, Geo, posse a gente não analisa dentro de Unidade de Conservação, não. Só georreferenciados, certificado no Incra e com a documentação dessa área dessa propriedade, aí a gente analisa, mas depois que tem uma checagem que tem que ser feita junto à Fundação, junto ao Itesp, se é área devoluta ou não, aquela coisa toda. Mas já existe sim compensação dentro dessas Unidades. Em relação a projetos, aí eu já não sei. Aí, o Rodrigo tinha que ver se projetos de dentro dessas áreas, porque a gente não está analisando o CAR da Unidade de Conservação, a gente não analisa CAR dentro de Unidade de Conservação de domínio já da Fundação, a gente não faz isso daí, mas a gente pode, no nosso banco de dados, a gente tem condições de saber se tem vegetação, não tem vegetação nessa área. Isso a gente consegue saber a qualquer momento. Não sei se eu fui claro nas minhas colocações.

02:05:43 Rodrigo Levkovicz: Posso complementar? Gente, enriquecimento como compensação de Reserva Legal em Unidade de conservação não é viável. Só doação nos

termos do Código Florestal, então essa possibilidade não está amparada na lei, nem no nosso entendimento, a gente não faz. Aí depois eu trago outras informações.

02:06:02 Naiana Lanza: Seguimos então com a doutora Tatiana, por gentileza.

02:06:07 Tatiana Barreto Serra: Obrigada. Luís, obrigada pela apresentação. A gente acompanha o trabalho da Secretaria desde de o início. Eu teria 1 milhão de pontos aqui, mas eu vou focar em três. Eu não sei se eu vi adequadamente os números do primeiro slide em que a indicação de praticamente 395 mil, em análise realizada, é 355 mil é verificação pelo produtor, que me pareceu que há um grande percentual da análise realizada que volta por necessidade de complementação. Não é isso? Tá. Então, por isso que eu ia perguntar se há um retorno muito grande para a necessidade de complementação, considerando que só 185 foram validados, e onde estaria o gargalo, a necessidade de um apoio maior por meio da CAT, de especialização dessas de maior capacitação, de maior funcionários, qual é o gargalo para, se houver efetivamente um retorno para complementação da documentação? O segundo vai na linha da compensação da Reserva Legal, que é um tema que foi debatido perante o Supremo. Ele já decidiu sobre a possibilidade e também definiu o que seria o critério. Um dos critérios seria dentro do mesmo bioma, a gente considera que a Mata Atlântica, só para falar de Mata Atlântica, sem falar de Cerrado, ela vai na extensão praticamente de todo o litoral brasileiro. Então, nós temos uma extensão grandiosa e a preocupação do Ministério Público sempre foi no estabelecimento de critérios rígidos para essa compensação fora do Estado de São Paulo. E aí, na sua fala, você colocou que os proprietários estão levando como um dos critérios a compensação a Unidade de Conservação da ICMBio, até por um critério econômico, e a nossa preocupação é justamente quais os critérios mais, eu abri muito apressadamente aqui, eu vou ler com mais calma o Manual da Compensação da Reserva Legal, mas qual o estabelecimento desses critérios para o Estado de São Paulo, que muito se discutiu sobre as bacias hídricas críticas, então possibilidade de compensação fora do Estado, mas privilegiando essas bacias críticas que são compartilhadas, por exemplo, entre Minas Gerais e Estado de São Paulo, de forma que houvesse um interesse direto do Estado nessa compensação, e outros critérios também, como formação de corredores ecológicos, que eu vi que estão aqui no manual, mas eu queria ouvir como que isso está sendo aplicado na prática, porque a preocupação de todos, não é só do Ministério Público, é que a gente não continue com grandes áreas de desflorestadas no interior do Estado de São Paulo, características das áreas de grande monocultura. Podemos citar Piracicaba, que você falou, e a criação de outras áreas super florestadas, sem essa conectividade. Então, gostaria de ouvir sobre esses critérios de compensação fora do Estado de São Paulo e também dessa interlocução com a SEMIL, que já tem grande conhecimento e propostas na sua pasta de criação de corredores ecológicos, de conectividade, de biodiversidade, fauna, no território paulista, considerando que a recuperação de APP e de reserva legal é uma grande possibilidade de realização desses corredores. Obrigada.

02:10:07 Luís Gustavo de Souza Ferreira: Obrigado, doutora. Em relação àquele número de 354 mil, significa que 354 mil produtores entraram no sistema. Não necessariamente eles fizeram alguma coisa. Eles se cadastraram, estão cadastrados no sistema, eles têm login, eles têm senha, tem tudo. Ele entrou no sistema, porque é verificado, verificado que ele entrou e conseguiu. Ele consegue ver o CAR dele, a situação do CAR como está, isso ele consegue ver. Não necessariamente ele mexeu, ele atualizou, ele retificou, ele fez algum movimento,

aí eu já não, é critério dele fazer, embora desses 354 mil, eu acho que, que nem a senhora falou, um número 175 mil validações, vamos chegar a 200 mil, é a totalidade do Brasil inteiro que a gente fez. O Brasil inteiro, somando todos os estados do Brasil, não chegam a 200 mil CAR validados. Isso é uma coisa importante de dizer, o esforço que a gente está fazendo na nossa equipe de fazer não só análise técnica, manual, como automática. Então, além disso, a gente tem 5 mil processos junto ao Ministério Público e ao Tribunal de Justiça. Isso são um processo mais complexos, que não é uma análise só que a gente faz, a gente faz às vezes oito, nove análises num processo desses, ele é muito mais demorado, mas um número de quase 200 mil CARs validados é um número, no meu ponto de vista, modesto ponto de vista, muito, mas muito expressivo mesmo o que a gente alcançou. Em relação a compensação de Reserva Legal fora, é aquilo que eu comentei: Mata Atlântica está fazendo tudo em São Paulo, todos, dentro da Unidade de Conservação, geralmente é Vale do Ribeira, Sudoeste, Litoral Sul, Litoral Norte, pouco no Litoral Norte e mais no Vale do Ribeira. Ali tem grandes áreas dentro, certificadas, georreferenciadas, que existem inúmeras empresas que compraram essas áreas desses produtores e certificaram e estão vendendo essas áreas de compensação. Fora é Cerrado. Por que eles estão fazendo junto ao ICMBio? Aí é questão meramente financeira mesmo. Um hectare de cerrado dentro do Estado de São Paulo para compensação, no mercado, a gente tem, dentro do sistema, uma coisa chamada ativos ambientais, a gente tem lá 10 mil hectares já aptos para fazer a comercialização. No mês que vem eu inauguro o passivo ambiental, onde o produtor, que tem o passivo vai conversar com aquele que tem o ativo. Então, vai ser um banco de negociações entre eles para fazer a compensação. Um hectare de Cerrado tem em torno de 60, 70, chega a 100 mil reais no estado de São Paulo, aqui dentro. E lá no ICMBio ele está 10 mil reais, às vezes até menos. Se você comprar uma quantidade grande, ele chega até 2.500 reais dentro da Unidade de Conservação do ICMBio, de Cerrado. Então é questão econômica, porque se a lei permite que ele faça essa compensação, a gente não tem muito o que desobedecer a lei, a gente tem que só avaliar essa documentação que ele tem e seguir, que o estado de São Paulo não tem Cerrado, e para ele plantar isso, também é muito caro, e nem sempre vai ter um sucesso nessa questão do plantio. Na questão do corredor ecológico, sim, toda a questão da APP, de todos os projetos que a gente está fazendo, que os produtores estão fazendo, a gente está validando dentro das APPs, ela é um corredor ecológico natural, inclusive nós estamos firmando agora, nós estamos iniciando o plantio de 10 mil hectares no Pontal do Paranapanema em todos os assentamentos do ITESP, todos os assentamentos rurais, vai ter um projeto grande, Votorantim está participando, Instituto Ipê está participando, vão ser 10 mil hectares de APP em corredor ecológico de todos os assentamentos. A gente está fechando essa parceria, provavelmente já passamos todos os shapes e tudo mais, semana que vem já estamos praticamente assinando isso aí, essa parceria com essas entidades. É mais ou menos isso que eu teria mais ou menos para explicar, doutora.

02:14:56 Naiana Lanza: Obrigada. Então passamos agora, tivemos mais dois inscritos, o Conselheiro Leduc e o conselheiro Nalon Por esse motivo, eu peço para os conselheiros objetividade nas perguntas, porque a gente ainda tem mais uma apresentação. Tanto que eu vou por você só depois, tá bom, só para a gente seguir a ordem aqui, pode ser? Então, na sequência, o conselheiro Manara, por favor.

02:15:22 Marcelo Manara: Luís, parabéns. São notícias muito aguardadas. Muitos anos esse avanço. Primeiro, informar da participação do nosso presidente da ANAMMA São Paulo, Marcelo Marcondes está remoto. Importante, primeiro, eu queria colocar uma cautela que nos

preocupa muito. O setor tem a ver com a questão do CAR, mas é uma questão derivada, porque a restauração entra muito com o segmento da silvicultura com nativas, que há anos segue numa crise de mercado muito grande. Eu acho que isso é uma tensão para a Secretaria de Estado também em instrumentos de apoio para o setor da silvicultura, porque na ponta vai encarecer demais os esforços de restauração, e isso nós temos observado, aplicando vários projetos FeHidro, o quanto que está difícil de conseguir mudas de qualidade num valor acessível para o produtor. Então, essa restauração também enfrenta essa questão, e eu coloco aqui como cautela, porque para efetivamente fazer a restauração, os 10 mil hectares, parabéns por esse avanço também com o ITESP, que a gente escuta há muitos anos, a intenção, mas ainda pouco o gesto, então parece que agora sai o gesto, esse banco da relação entre o passivo e o coisa, então, parabéns, então saímos daqui com várias boas notícias com relação ao CAR. Então, colocar também, Luís, que eu acho, como agente da governança da água, que eu participo muito, a gente escuta falar pouco aqui dessa interface, da oportunidade com os Planos de Bacias. Isso dá uma linguagem à questão da propriedade rural, da regularização ambiental, da propriedade rural é na veia dos Planos de Bacia. Os Planos de Bacia tem que estar alinhados a isso. Os Comitês de Bacia têm que ser esse agente participe direto das iniciativas em parceria com a Secretaria, e assim, nos comitês eu escuto pouco também do avançado. Eu alinho com a Cris, a gente escuta poucos agentes, poucos interlocutores se apropriarem desse instrumento, que é um instrumento belíssimo quando implementado na sua plenitude, e também um novo anúncio, que se anuncia para muito breve, é a questão do carbono e ativos de biodiversidade. Isso vai dar uma alavancagem. A ANAMMA está atuando muito na questão base disso, promovendo e incentivando os inventários municipais. Então, na experiência, vou encerrando, na experiência de São José dos Campos que nós fizemos o inventário, anunciamos o município, o carbono neutro, São José não é um município agro, mas eu recebo ligações de fazendeiros querendo, opa, eu quero participar desse programa de neutralização de carbono. Já tem duas fazendas que estão fazendo inventários de emissões, então esse também é um nicho que a linguagem da divulgação e da atratividade de interesse para o setor, para o sindicato rural, tudo já tem que começar a alinhar com essa expectativa do carbono, porque o setor financeiro vai trazer o quanto antes. E isso, o setor financeiro, trazendo alavancagem para o setor agro na sua produção, vai ter que conversar sobre a questão do carbono e os ativos de biodiversidade são muito apropriados para isso. E finalizar, eu queria oferecer o Cerrado Joseense. Lá em São José dos Campos nós temos um pequeno Cerrado de 200 hectares, e ele está colocado à venda nesse valor. Eu gostei, a gente pode conversar depois de um cafezinho.

02:19:15 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Passamos então a palavra agora ao conselheiro Victorino. Faltou responder, Luís, desculpa. Quer fazer no bloco, Victorino. Faz a pergunta e ele já responde.

02:19:32 Eduardo Victorino: O meu não é pergunta, é agradecimento. Luís, parabéns pela apresentação e parabéns pelas respostas. Muito importante as perguntas e colocações, aprendi muito, não só com as perguntas, com as respostas também. Mas, na verdade, fazer um agradecimento. Mairiporã retomou a Casa da Agricultura e também o Conselho Rural graças a um trabalho junto com a CAT, que agora mudou o nome, Diretoria de Assistência Técnica Integral, e o Luciano, o Guilherme e o Lucas tem nos dado muito apoio e nós estamos conseguindo trazer os agricultores para mais próximos da gente para fazer inclusive o CAR. Nós temos o programa Rotas Rurais, então fica aqui o meu agradecimento, porque é um

trabalho bacana que a gente está fazendo lá, e esse apoio é fundamental, esse apoio aos municípios é fundamental. Então fica aqui o meu agradecimento ao pessoal, e parabéns.

02:20:25 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Quer responder, Luís Gustavo?

02:20:30 Luís Gustavo de Souza Ferreira: Em questão ao que o Marcelo colocou, de produção de mudas, acho que isso é fundamental, produção de mudas. E tem até um fato, até para a Secretário do Meio Ambiente, que acho que é importante, está dentro do nosso escopo da secretaria. A gente tem quatro propriedades, acho que é quatro ou cinco propriedades do Estado, que são produtoras de mudas, não só de frutíferas, essências nativas e tudo o mais. E uma delas, a gente fez um avanço muito grande agora no ano passado, a gente comprou uma máquina da Dinamarca, importou um heliport maravilhoso, 30 mil saquinhos por dia, vários tamanhos, incrementamos a produção de mudas de essências nativas em relação a esse modal, esse modelo, compramos uma segunda máquina, um pouquinho menor para deslocar também, exatamente porque a gente está vendo uma demanda crescente. Agora, a gente tem que ajudar os produtores também terceirizados para que eles possam também ajudar nessa, a gente tem uma listagem dentro também de todos os viveiros registrados, aquele negócio que tem que ter registro direitinho das mudas, mas é um caminho. Que nem eu falo, se a gente tem 100 mil hectares para recompor, a gente vai usar mudas, vai ter que comprar mudas, entendeu? Não tem o que falar. Não sei se agora ou mais para frente, mas eu acho que tem um horizonte muito grande para essa questão. Na questão do Comitê, exatamente. São vários Comitês, eu participei em um Comitê de mais de 17 anos, fui membro titular do Comitê de Bacia do Vale do Ribeira, do Ribeira de Iguape. A interlocução é difícil mesmo, a gente precisa melhorar. Nós precisamos melhorar a comunicação. Isso aí eu não tenho como contestar. E a questão do crédito de carbono, eu acho que é um passo ainda um pouco mais lá para frente, né? Como a gente faz a parte de execução mesmo, o nosso foco é a execução, acho que é por isso que a gente está atuando nessa área, é fazer análise, fazer a recomposição, fazer as validações, para que esse produtor fique efetivamente regular perante a legislação ambiental. Seria isso.

02:23:05 Naiana Lanza: Ok, obrigada. Na sequência, então, o conselheiro Leduc. Se puder ser breve, eu agradeço.

02:23:11 Eduardo Leduc: Muito obrigado e parabéns pela apresentação e o avanço de toda a equipe envolvida nesse processo, com o avanço dessa legalidade do CAR do Estado de São Paulo. A preocupação vai diretamente relacionada às Zonas de Amortecimento das Unidades de Conservação, as encostas de toda a faixa litorânea com essa situação que eles podem suprimir essa vegetação para a urbanização e compensar dentro do parque. Isso é uma discussão diária na região. Então, aí você tem o parque para aumentar a área de preservação do Estado e daqui a pouco você pode suprimir as Zonas de Amortecimento e compensar dentro do parque. No fim, o parque ajuda a reduzir a Mata Atlântica do Estado e não em aumentar. A pergunta direta é: a gente pode, é permitido suprimir, por exemplo, um mangue, uma floresta paludosa, que em qualquer estágio são consideradas clímax, uma Mata Atlântica em estágio avançado, é permitido suprimir se a pessoa compensar isso dentro do parque?

02:24:17 Luís Gustavo de Souza Ferreira: De maneira nenhuma. A supressão, o CAR, primeiro que o CAR não aceita a supressão. Nós estamos aqui falando da questão da

preservação ambiental e da regularização ambiental. Qualquer solicitação de supressão não é a Secretaria da Agricultura que autoriza uma supressão. Aí a questão já é da Secretaria do Meio Ambiente, da CETESB, ela que autoriza a questão de pedidos de supressão de vegetação. A gente só regulariza o que de fato tem na propriedade. Agora, se ele desmatou aquela área daquela propriedade num período que ele não podia ter desmatado, se torna o sistema, ele consegue detectar automaticamente essa área como uma área antropizada, e essa área antropizada ela, necessariamente, entra já no sistema para fazer a recomposição obrigatória. Se ele desmatou irregularmente, ele vai ter que plantar e não pode plantar fora. Ele vai plantar exatamente lá dentro da propriedade dele, na área que ele desmatou. Ele é obrigado a fazer isso. Agora, solicitações de supressão, aí é com autorizações.

02:25:33 Rodrigo Levkovicz: Só para esclarecer, Leduc. Cerrado tem uma lei específica. Tem a Lei da Mata Atlântica que autoriza, e aí vem nos processos da CETESB de supressão, e pela própria Lei da Mata Atlântica, é possível fazer compensação de supressão da Mata Atlântica por meio de doação de área dentro de Unidades de Conservação, mas tem critérios, a gente não está falando aqui de vegetação em estágio avançado, pelo que eu saiba, a não ser que seja questão de utilidade pública, Mayla, aí eu acho que você pode esclarecer. Então assim, o que eu acho que é importante, que ele está trazendo é a questão de Reserva Legal dentro das regras; supressão de vegetação vem aqui na CETESB, eu acho que a Mayla pode esclarecer melhor, mas tem um permissivo na Lei da Mata Atlântica, já não é uma novidade, e tem uma resolução da Secretaria que disciplina.

02:26:18 Mayla Fukushima: Tem uma resolução da SEMIL que ela até estipula quanto pode cortar e quanto que você tem que compensar. É lógico que se o estágio for mais avançado, então a compensação é maior, bem maior. Então, a própria Lei da Mata Atlântica permite algumas supressões em estágio avançado e também primário. O primário é só utilidade pública. Avançado, existe essa permissão desde que, daí você tem condicionantes. Então, para a utilidade pública, de fato você tem, só que você também, quando está fazendo análise, quando o proponente for fazer o projeto, ele tem que demonstrar o estudo de alternativas. Ah, não tem outra alternativa, então eu tentei minimizar, mas eu vou ter que cortar aqui um pouco. Então, quando é utilidade pública, a própria lei permite, mediante uma compensação. Agora, para projetos privados para primária não pode, floresta primária não, mas para vegetação secundária, estágio avançado, é permitido, mas também é uma porcentagem pequena pela Lei da Mata Atlântica e depois pela SEMIL, pela resolução da SEMIL ela é mais restritiva que a Lei da Mata Atlântica. Mas assim, tem regra para isso.

02:27:47 Naiana Lanza: Obrigada. Então, na sequência de perguntas, passo a palavra ao conselheiro Marco Aurélio Nalon, do IPA.

02:27:57 Marco Aurélio Nalon: Luís, parabenizar você, a equipe inteira, porque a gente tem acompanhado e vê realmente o crescimento das análises, do avanço. Assim, é legal todo dia você ter um número novo lá, isso é bem legal de ver. Agora, é mais uma observação, não é nem uma pergunta específica, Luís, mas vendo esse mapa final de área compromissada, ele vem de encontro, eu acho que a uma coisa que eu estava lembrando, que o mapa Síntese de Biodiversidade do Zoneamento Ecológico Econômico. Se vocês tiverem a oportunidade de entrar no Datageo e baixar. Essas áreas que estão em verde compromissadas coincidem bastante, e não vou chutar um número aqui, mais coincide bastante com as áreas indicadas serem mais frágeis do ponto de vista de biodiversidade pelo zoneamento, que ali São José

dos Dourados, aquele meio, a faixa de Cerrado. Então, se a gente tivesse combinado, talvez não desse tão certo, então isso é promissor porque está sendo compromissado áreas, justamente nas áreas mais necessitadas do Estado de São Paulo. Então, eu achei super positivo. Fiquei contente de ver isso, que a tendência é essa. O outro lado, são esses pontos que já foram levantados pela Cris, pelo Manara, eu não tenho essa percepção, mas esse distanciamento talvez, do que está acontecendo e da realidade local, porque a gente finalizou há pouco tempo, dentro do IPA, também um levantamento da rede de viveiros do Estado de São Paulo. O pessoal rodou todos os viveiros e precisa levar isso para o produtor. Olha, tem uma área compromissada, isso significa que tem um mercado potencial. Essa rede de viveiros hoje, no estado de São Paulo, tem capacidade de quase 700 espécies nativas serem produzidas, quer dizer, muito além do necessário para uma estação de restauração ecológica. Tem um potencial de dobrar a produção e a gente sabe que boa parte da produção tá indo para os outros estados, mas isso tem que chegar neles de alguma forma, a gente tem que entender para entender essa demanda, somado a esses esforços que você já falou da agricultura, mais essa rede particular (02:30:11 áudio pulou) local. Acho interessante porque tem um cara produzindo, tem alguém precisando restaurar, e num prazo curto, pelo que você falou. Ele tem um ano, então acho que é o momento de tentar integrar de alguma forma isso, disponibilizar esses dados.

02:30:30 Cristina Murgel: Com certeza. Nalon, do outro lado do balcão, aqui, o que a gente percebe é que são muitas ações que estão dispersas. Realmente, quando você bate esse olho no que está ganhando escala de recomposição, se a gente sobrepor também nas áreas de APA, nas áreas, a gente pode dar um norte para a CAT na priorização dessas regularizações e pode ganhar do outro lado, nos programas específicos, nos projetos estratégicos do Estado. E o produtor só ganha com isso. O que a gente percebe é que muitas vezes ele está participando de algum projeto de restauração, aí você pergunta: e o CAR dessas propriedades, como é que estão? Ah, isso a gente ainda não olhou. Então, e aí se perde, bate cabeça lá na frente, refaz serviço, a informação tem que ser atualizada, então é nesse sentido. Eu acho que falta uma sinergia das ações.

02:31:40 Marco Aurélio Nalon: Só para finalizar, todas as ações que a gente tem hoje no Fina Clima é baseada nas questões de déficit de APP, Reserva Legal, o Refloresta SP também, então tem que alimentar. E Luís, por último, para finalizar, essas áreas que estão compromissadas, que já estão começando, se a gente pudesse ter acesso simplesmente ao polígono, porque assim, agora eu estou falando como o Inventário Florestal do Estado de São Paulo, que a gente fica monitorando a vegetação e a gente tem percebido, no último inventário, que teve muita área que apareceu uma cobertura vegetal nativa que não tinha. Obviamente foi um projeto de restauração, e a gente queria saber: foi origem do que? Foi do CAR, foi um TCRA? Então, só de ter essa indicação, para a gente poder monitorar. Aqui vai ser restaurado, e a gente, ao longo do tempo, vai acompanhar isso e poder quantificar isso. Quanto foi uma recuperação natural e quanto que foi uma ação direta do Estado para que isso aconteça. Então, obrigado.

02:32:43 Luís Gustavo de Souza Ferreira: Muito obrigado até por essas informações que você colocou, que eu também não sou especialista nessa área, desconhecia, mas essa segunda parte já está pronta, Nalon. Nós demos acesso à Secretaria de Meio Ambiente semana passada, acho que semana passada, todos os polígonos, todos os projetos que estão em execução, todos os dados possíveis e impossíveis estão lá à disposição, 24 horas

por dia, para a Secretaria do Meio Ambiente, de todas as áreas que estão num processo, agora já com o termo firmado, compromissado. Então, isso daí já está valendo.

02:33:25 Naiana Lanza: Ok, passamos então agora ao conselheiro Rodrigo, da Fundação Florestal.

02:33:32 Rodrigo Levkovicz: Só agradecer a parceria do Luis. Dizer que a gente está combinando de como a gente pode integrar melhor a possibilidade daquelas pessoas que têm áreas dentro de Unidades de Conservação, se colocarem à disposição para participarem do processo, porque acho que é um pouco disso que a Cris trouxe também, dar visibilidade para que as coisas sejam organizadas. E aí, só para dizer, gente, a gente atua em sinergia e os regimentos estão postos desde 2018. A gente tem uma resolução aqui, 165, de 2018, que estabelece quais são os requisitos para que aquela pessoa que tenha uma área que ainda não foi indenizada, para que ela ofereça isso, e isso faz parte da análise da Fundação Florestal, que a gente está tentando aprimorar para ganhar escala. Ontem mesmo a gente recebeu duas áreas, e a gente tem três sistemas possíveis, só para esclarecer: a pessoa que usa sua propriedade para compensar uma reserva legal que ela mesmo precisa compensar. Então, eu posso ter essa dupla situação: eu tenho uma compensação de reserva legal para fazer e também tenho uma área que não foi indenizada dentro de Unidade de Conservação, eu posso já fazer esse *meet*. Outro *meet*, é usar minha propriedade para compensar uma área de terceiro, compensar uma reserva legal de terceiro. Isso também é possível. E também você pode doar uma grande área para você depois indicar terceiros que vão se valer dessa compensação, tanto da reserva legal como também de supressão de vegetação no âmbito do Licenciamento Ambiental, nas autorizações de supressão. E aí tem uma quarta que a gente já trabalhou, inclusive foi objeto de ampliação do Parque Estadual Carlos Botelho, que é você doar uma área que ainda não é Unidade de Conservação, e a gente fez uma ampliação do parque com uma área de Zonas de Amortecimento, com a condição de que essa área que vai ser doada vire Unidade de Conservação e, portanto, ela possa ser passível de ser um crédito para compensação ou de supressão de vegetação, ou de compensação de reserva legal. Então, você tem esses modelos. E aí uma coisa que o Luís trouxe e que isso pode ser uma oportunidade para ampliar a Unidade de Conservação do Cerrado, por que a gente não tem muita compensação no Cerrado do Estado de São Paulo? Porque a nossa grande maioria, acho que 100% das nossas Unidades que têm Cerrado, elas já estão regularizadas do ponto de vista fundiário. Então você não tem áreas passíveis de serem doadas, mas se a gente trabalhar com a lógica de Zona de Amortecimento ou de outros grandes fragmentos que possam virar Unidades de Conservação, a gente teria uma possibilidade aberta para o Cerrado para que essas novas áreas virassem Unidades de Conservação e pudessem ser passíveis de compensação. Era isso.

02:36:24 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Luís, gostaria de fazer alguma fala final?

02:36:28 Luís Gustavo de Souza Ferreira: Eu só tenho a agradecer essa oportunidade, acho que ela é única. Todos nós somos formadores de opinião, acho que isso é muito importante, tanto a parte de iniciativa privada, estado, setor público. O Estado não vai resolver tudo. Eu sempre falo nas minhas falas com maior franqueza possível, eu preciso de ajuda também, todos nós precisamos de ajuda. A pauta é única, então quanto mais a gente levar ao conhecimento, tanto dos produtores, prefeituras municipais, entidades, associações, cooperativas, onde a gente for levar essa palavra para que esses produtores e essas

entidades façam o engajamento junto a regularização ambiental, a gente vai avançar. O Estado, ele tem, logicamente, um cobertor, às vezes ele é meio curto, embora com a maior capilaridade que a gente tenha na Secretaria, 40 regionais, 350 casas de agricultura, mais de 450 profissionais, mas eles não fazem só isso no Estado, eles não fazem só a regularização ambiental. Eles dão apoio, assistência técnica, extensão rural junto aos produtores. E essa extensão rural, que é fundamental por esse avanço que está acontecendo. É a interlocução do nosso time e de outros, logicamente, na abordagem desse produtor para que ele faça essa regularização, é uma conversa, um café que ele tome com ele, enfim, a gente precisa de colaboração nesse sentido. Uma das colaborações, lógico, a FAESP faz essa colaboração, a gente já tem uma parceria, a questão do próprio Ministério Público, temos parceria, temos convênio, a Fundação, enfim, a Secretaria do Meio Ambiente, que é parceiro e é sempre nosso. Então, eu só tenho mais uma vez a agradecer e eu estou sempre à disposição quando vocês precisarem, para que eu possa vir aqui e fazer esses esclarecimentos e prestar conta para a sociedade do que a gente está fazendo. Obrigado.

02:38:35 Jônatas Trindade: Obrigado Luís, pela apresentação e pelas respostas aos questionamentos dos conselheiros.

02:38:43 Naiana Lanza: Obrigada. Então seguimos para o nosso próximo ponto da ordem do dia. Nessa dinâmica de integração das agendas com os demais conselhos, convidamos então a senhora Carolina Miramar para fazer a apresentação sobre o funcionamento do Fundo Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo. Carolina é coordenadora de operacionalização do Fundo Estadual de Recursos Hídricos, da Diretoria de Recursos Hídricos, da Subsecretaria de Saneamento e Recursos Hídricos. Carol, seja bem vinda ao Plenário do Conselho. Enquanto ela se organiza ali, pessoal, no momento das perguntas, eu vou pedir para todo mundo ser rapidinho, só em função do adiantado da hora. Só reforçando aqui antecipadamente.

02:39:41 Carolina Miramar: Um bom dia a todos. É um prazer estar aqui podendo apresentar o Fundo para os conselheiros. Bom, o Fundo Estadual de Recursos Hídricos, é a instância econômica financeira do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Então, de onde é que surge essa demanda de um fundo estadual? Ele vem de uma determinação da Constituição do Estado de São Paulo, onde determina do o Estado instituir o Sistema Integrado de Gerenciamento. Então, com isso, a gente congrega os órgãos estaduais, municipais e sociedade civil, afim, em todos os conselhos e toda a gestão de recursos hídricos. Então temos a Lei 7.663, de 91, onde ela estabelece as normas desse sistema integrado e cria o Fundo Estadual de Recursos Hídricos. O fundo foi regulamentado por um decreto anterior, mas atualmente o que está em vigor é o 48.896. E, para as suas atividades e demandas de ordem de como apresentar projetos e de como utilizar o recurso do fundo, nós temos dois manuais operacionais, que eu vou falar mais para frente, que é o Manual de Procedimentos Operacionais de Investimento e o de Custeio. Então, nós temos três instâncias no Sistema Integrado: então nós temos as instâncias deliberativas, onde estão os colegiados. Nós temos o Conselho Estadual de Recursos Hídricos, o Conselho de Operacionalização do Fundo e os Comitês de Bacia. Então, são órgãos deliberativos, eles que fazem todo o encaminhamento de todas as demandas do sistema. Temos as instâncias técnicas, onde nós temos os CORHIs e as Câmaras Técnicas, que compõem os Comitês de Bacia, e temos o FEHIDRO. Estão previstas na legislação 11 fontes de financeiras para o Fundo. Atualmente, em vigor, nós temos somente seis. Então, nós temos a Sefur, que a

Compensação Financeira pelo Aproveitamento Hidroenergético do Estado, o resultado da cobrança pelo uso da água, atualmente já está implantada no estado inteiro, o retorno das operações de crédito, porque o fundo tem duas fontes de financiamento reembolsável e não reembolsável, então, o retorno dessas operações reembolsáveis, e os rendimentos da aplicação financeira. Temos ainda a multa de outorga e a compensação financeira pelo Licenciamento Ambiental das APRMs, onde o Fundo, no ano passado, finalzinho do ano, também deliberou a respeito disso, então, nós temos criados os Programas Especiais de Interesse Público, que são dois projetos, um voltado para SP Águas, na parte de multas, e outro voltado para a CETESB, na parte das APRMs, aonde nós já repassamos em torno de 19 milhões para esses fundos, para essas instituições, para poder fazer o programa. Então a estrutura do Sistema Integrado, é que aí se reproduz em toda a sua gestão, é funcionar integrando as diferentes políticas públicas com a participação de todos esses entes, Estado, município e sociedade civil. O COFEHIDRO, que é o Conselho de Orientação do Fundo, é composto também dessa forma tripartite, aonde o Estado é definido em legislação pelo decreto, ele já tem a atribuição de quem serão os componentes, porém, para o município e sociedade civil são os componentes eleitos, entre o CRH, que vem para o COFEHIDRO quatro titulares e quatro suplentes de ambos os segmentos. Então, os atores do sistema que fazem toda a máquina girar, nós temos os colegiados que têm atribuição normativa e deliberativa. Então, atualmente nós temos 21 Comitês de Bacia, apesar de 22 UGRHIS. Então, nós temos 21 Comitês de Bacia pelo estado inteiro, aonde localmente eles determinam o que é de prioridade para a sua bacia, para poder indicar empreendimentos para o Fundo. Temos os tomadores, então financiamos a esses três segmentos também. Para a sociedade civil tem alguns requisitos em lei que também tem que cumprir para conseguir ser tomador do Fundo, mas atendendo os requisitos legais, qualquer um pode ser tomador. Ainda temos como atores a SECOFEHIDRO, que é a Secretaria Executiva do Conselho. Então, que tem, que somos nós aqui da SEMIL, a parte da coordenação. Então, nós cuidamos de todo o sistema, atendemos, damos apoio no sistema como um todo a todos os participantes, e fazemos a indicação de agente técnico nos projetos, fazemos a conferência dos pareceres desses agentes técnicos para dar continuidade nos empreendimentos e verificamos todo o quesito legal de qualquer tomador. Temos o agente técnico, que atualmente o Fundo, desde 2022, conta com uma empresa contratada para ser agente técnico, que é o Consórcio LBR e COBRAP MP. Então eles fazem a análise técnico financeira de toda proposta que é apresentada para o fundo. Eles que aprovam e tem como competência legal fazer o acompanhamento desse processo. Uma inovação com a contratação desse agente técnico, são os pareceres que a gente chama de pós conclusão. Ele vai ter início agora, porque depois de concluído o projeto, mais ou menos de seis meses a um ano, a gente pede para esse agente técnico, pois a gente vai selecionar alguns empreendimentos, e a gente pede para o agente técnico voltar nesses empreendimentos para a gente poder fazer o acompanhamento. Se foi efetivo, qual o benefício, e aí, com isso a gente vai conseguir aprimorar o fundo. Isso é uma inovação com essa contratação do agente técnico. E temos o agente financeiro, que atualmente nós estamos trabalhando com a Desenvolve São Paulo, acabamos de renovar o contrato com eles mês passado, e eles fazem a análise financeira também de todas as propostas. Para se conseguir um entendimento com o Fundo Estadual de Recursos Hídricos. Como pré-requisito básico, qualquer empreendimento tem que ter foco voltado para recursos hídricos, ele tem que estar enquadrado nos planos de duração continuada e nas tipologias estabelecidas no Manual de Procedimentos Operacionais e ele tem que estar enquadrado nos Planos de Bacia e nos PAPs dos Comitês. Então, o Plano de Bacia é um instrumento de planejamento com objetivo, estratégia e metas de programas e ações e para prever a

mitigação de eventos hidrológicos extremos, principalmente, mas ele tem como garantir a qualidade e a quantidade dos diversos usos. Então, nós temos dois planos: o Plano Estadual de Recursos Hídricos, que é feito no âmbito estadual, e os Planos de Bacia, que é feito localmente. Dentro do PAP, o PAP é o Plano de Ação de Gestão de Recursos Hídricos, e o Programa de Investimento. Então, com base nos Planos de Bacia, os Comitês reveem o seu planejamento anualmente, com base na Lei Orçamentária de Previsão, o que, então, vai ter disponível de recurso para eles, e com que eles vão conseguir aplicar. Então, eles elencam as suas prioridades e indicam os empreendimentos dentro disso. Então, o que o FEHIDRO basicamente financia? Então, nós temos oito programas de duração continuadas. Então nós financiamos desde estudos a educação ambiental, a troca de hidrômetro, a controle de processos erosivos. Então, tudo o que influencia com recursos hídricos, que está ligado diretamente aos recursos hídricos, o Fundo pode financiar. Então, atendeu esses pré requisitos, aí nós caímos para algumas condições que estão estabelecidas no Manual de Procedimentos Operacionais de Investimento do Fundo. Então, o recurso do Fundo é dividido basicamente em custeio e investimento, máximo de 10% para custeio, mínimo de 90% para investimento desses recursos. Os recursos de custeio são destinados às secretarias executivas dos comitês para gerir a máquina, então, para reuniões, para executar as plenárias, para fazer a máquina girar, e o recurso de 90% para investimento, que são os empreendimentos FEHIDRO, então eles têm que atender algumas condicionantes. Então, nós temos duas modalidades de financiamento: reembolsável e não reembolsável. Então, o não reembolsável, o famoso fundo perdido, e o reembolsável, a gente tem alguns atrativos que o intuito é sempre prever a melhora dos recursos hídricos. Então, a nossa taxa é só de 3% ao ano para pessoas jurídicas de direito privado e não temos taxa para empreendimentos enquadrados no PDC 5, que é o de gestão de demanda. Então prevê um empreendimento nessa categoria, pode pegar como recurso reembolsável, vai ter que devolver, mas não tem uma taxa a ser paga. Então, além disso, como contrapartida, nós estabelecemos algumas contrapartidas para todos os empreendimentos. Então, tanto para o município, vai de 2% a 10%. Para o Estado, o mínimo é 10%. Para a sociedade civil, um mínimo de 2%. Temos algumas isenções, então desde que pegue a UGRHI como um todo ou previna grave risco, então tem algumas exceções que a gente pode acatar. E para o reembolsável, isso é determinação legal, um mínimo de 20% de contrapartida. Atualmente, essa melhora também veio. Nós já estivemos em outras Secretarias e, desde que chegamos na SEMIL foi colocado para a gente essa demanda, e hoje já temos esse processo desde 2021, o nosso processo é todo digital, então todas as instâncias do sistema, todos esses atores que eu comentei aqui, eles tem acesso ao Sistema de Gerenciamento de Recursos Hídricos, ao SinFEHIDRO. Então, desde a apresentação do empreendimento, do tomador, para o colegiado, até passar pelas câmaras técnicas, ser indicado e em plenária chegar aqui na SecoFEHIDRO, ele é todo digital. Prestação de contas, não trabalhamos mais com papel. É um sistema com senha, mas temos também o acesso ao cidadão para onde qualquer pessoa interessada pode acessar. Ele é um sistema que fica dentro do SIGAM, então as pessoas podem acessar, podem fazer consulta dos empreendimentos. Então, aqui é um fluxo resumido de um empreendimento. Como é que ele nasce, desde que ele nasce, até a sua finalização. Então, o tomador prepara uma proposta no sistema, desde que atenda todos aqueles requisitos. Estando tudo ok, o Comitê delibera, passa pela Câmara técnica do Comitê. O Comitê delibera esse empreendimento, aí vem para a SecoFEHIDRO, SecoFEHIDRO, estando tudo ok, com os requisitos de análise administrativa, aí do manual, a gente valida essa indicação, vai para o agente técnico, então não é porque o empreendimento foi aprovado em plenária de comitê que ele está garantido o recurso. Então aí ele vai para a análise do nosso agente técnico, que

é o consórcio, eles analisam. Normalmente, eles pedem uma complementação, eles pedem, podem marcar reuniões para entender o processo como um todo. Estando tudo ok, estando válido, ele aprova esse empreendimento que vai para o agente financeiro verificar se pode ser contratado. Estando tudo certo, a gente contrata. Após a contratação, o tomador tem 120 dias para estar executando o processo licitatório. Executou o processo licitatório, coloca essa documentação no sistema, vai novamente para análise do agente técnico, que verifica os requisitos legais e faz a liberação da primeira parcela. Atualmente, como é que funciona essa liberação da parcela? Então, a primeira parcela é liberada com base na licitação elaborada pelo tomador, e ele vai ter um prazo, estipulado também pelo agente técnico acordado de quando da aprovação desse projeto, porque tem um cronograma físico financeiro, então ele tem um prazo para executar essas etapas, então ele vai executar a primeira etapa, ele presta contas, executa a segunda, presta contas. Estando tudo ok, libera. Normalmente os empreendimentos FEHIDRO tem atualmente entre duas a cinco, para três parcelas, três, quatro parcelas. Não chega mais a cinco, não, só para casos bem específicos. Então, estando tudo ok, chegamos na última parcela. Executa a última etapa, presta contas. O agente técnico valida essa finalização do empreendimento. O agente financeiro também tem que receber os rendimentos que ficaram em conta, se houverem rendimentos em conta, devolvo esse recurso para o fundo, finaliza. E aí, após até um ano, entre seis meses e um ano, esse empreendimento, agora ele pode ser selecionado para a questão da pós conclusão, para o agente técnico fazer uma vistoria. Então, desde que, pegamos um panorama de 2022 a 25, para trazer para os conselheiros, então o que nós temos? As indicações, nós temos uma média de mais de 300 indicações/ano de projeto. Num total, nós recebemos, de 2022 a 2005, de 1503 empreendimentos. 2025 ainda estão em análise. Alguns já foram contratados, porque o FEHIDRO recebe em dois momentos as indicações. Então, em abril nós recebemos o primeiro pleito e agora, até o início de setembro, nós recebemos o segundo pleito. Então, esse segundo pleito ainda está em análise aqui, entre a SecoFEHIDRO para fazer essa indicação para o agente técnico, e estando tudo ok, a gente repassa e eles serão contratados até o final do ano. Ali no outro quadro, nós temos, dentre esses quatro anos, o que cada comitê deu como privilégio, como preferencial, o que foi determinado como prioridade para indicação de projetos. Então, a ALPA, por exemplo, previu a drenagem a eventos hidrológicos extremos. O **Água, P e Peixe (22:25:13)**, proteção de recursos hídricos, e assim sucessivamente. Então essa foi a prioridade em cada localidade. O FEHIDRO conta com um valor mínimo para indicação de empreendimento. Então nós temos 150 para estruturar projetos estruturais, e 100 mil para projetos não estruturais. Apesar desta previsão hoje, no MPO, e nós recebemos empreendimentos sim, nessa faixa porque depende da estrutura do município ou do tomador, o que se pretende ser feito. Os valores médios a gente tem percebido que tem aumentado. Então, esse quadro traz justamente o valor médio das indicações nesse período. Então, pode ver aí, por exemplo, o Alto Tietê, que é onde tem bastante recurso, o valor médio por projeto dele está de 4,5 milhões para cada empreendimento. Então, a gente tem conseguido fazer projetos maiores, projetos, bem estruturados. E ali, no outro quadro, nós temos o valor médio também de indicação desses comitês, porque ali está agregado também o valor, o quadro consta com **SEFUR (02:56:25)** e cobrança. Então os dois valores que os comitês têm disponíveis, onde eles vêm indicando para a gente. Atualmente, nós estamos com 998 contratos ativos, isso não inclui esses mais ou menos 300 que estão indicados para análise ainda. E aqui já são contratos efetivos que estão vivos com o fundo, e desde 95, que é onde o nosso primeiro contrato já foram assinados mais de 8 mil contratos com o fundo, num montante de 2.700 bi. E já conseguimos atingir 631 municípios no Estado como um todo. Então, a gente hoje pode falar que o FEHIDRO já é um

fundo consolidado no Estado e de grande importância para muitos municípios. Aqui nós temos os links do sistema. Então, tem o site do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, o próprio SinFEHidro é onde ficam todos, e ali tem todo o histórico de todos os empreendimentos. Nós tínhamos um outro sistema, depois que viemos para a SEMIL nós trocamos, mas foi feita a migração desses dados. Então hoje a gente consegue ter todo o banco de dados num único lugar e os links para os manuais. Obrigada.

02:57:50 Naiana Lanza: Obrigada, Carol. A apresentação foi ótima, agradeço. Eu vi que muitos conselheiros estavam tirando foto. Só para lembrar que todas as apresentações ficam disponíveis no site do CONSEMA, então não se preocupem que elas estarão lá disponíveis lá no item Apresentações, só para trazer essa informação. Passamos então agora a inscrição do pessoal para fazer as perguntas para a Carol. Então, Crepaldi, Manara, Paulo Nelson. Desse lado, mais alguém? Então, aqui no plenário temos o Crepaldi, Manara e o Paulo Nelson. Online, o pessoal online hoje está mais tranquilo, sem pedidos online. Então, por favor, Crepaldi pode iniciar.

02:58:51 Ricardo Crepaldi: Obrigado, Naiana. Jônatas, eu coloquei, há um tempo atrás, uma discussão sobre isso. Carolina, obrigado por explicar toda a questão do FEHIDRO, mas eu vou colocar uma coisa que eu já falei, inclusive, eu falei com o Kenji, o secretário, que os pequenos municípios, principalmente aqueles que têm até 30 mil, 50 mil habitantes, eu vi uma indignação sobre a questão desses valores mínimos. E aí, até um município que eu não posso falar o nome, claro, mas o prefeito falou para mim, que estava do meu lado: “Ué, eu vou ter que inflar meu projeto para esse projeto ser aprovado”. Ele foi aprovado tecnicamente, mas ele não foi por causa do item do valor mínimo. E até eu falei com Jônatas na época, eu falei: Jônatas, a gente precisa achar uma forma, uma forma de a gente atender pequenos municípios. Teve um lá que era em uma comunidade isolada. Era uma questão de saneamento ambiental, mas era barato, e a prefeitura não tem dinheiro, as pequenas prefeituras, muito menos do que grandes prefeituras, que nem em São José dos Campos, aqui do meu amigo Manara. Então, assim, nós precisamos atender esse pessoal também. Eu entendo que tem um custo operacional dentro desse processo do FEHIDRO, porém, eu acho que a quantidade de atendimento de projetos é melhor do que a quantidade de dinheiro em projetos, porque se eu estou fazendo mais projetos, eu estou atendendo mais regiões do estado. Legal, você apresentou no slide dados, na média, de 4 milhões de projetos, mais uma prefeitura de 30, 20 mil habitantes, 8 mil habitantes, que a gente tem muito no nosso estado, isso é inviável. Assim, não existe esse tipo de investimento. Vai cair para outras prefeituras, outros municípios maiores, que necessitam realmente de aporte grande. Então, agradeço toda explicação. Isso é muito importante, mas eu venho aqui mostrar uma solicitação de vários prefeitos que tem falado comigo no interior, nos comitês que eu represento, e sempre estou. Então, Jônatas, a gente fez isso, uma outra reunião. Carolina, eu acho que tem que pensar como atender isso. É absurdo, a gente que tem uma certa politização e entendimento de dinheiro público, de chegar um prefeito e falar: “pô, sacanagem, eu tenho que colocar um negócio que custa, 80 mil ou 100 mil, e tenho que passar por 150, 200, vou inflar com besteira ou com coisas que não são éticas. Isso não faz muito sentido já no nosso estado e na nossa politização que a gente está. Então a gente tem que ter algum formato para atender os pequenos municípios que necessitam de pequenas obras, que são importantes, impactantes para a população que eles representam. Obrigado.

03:02:20 Naiana Lanza: Obrigado, conselheiro. Carol, quer comentar?

03:02:23 Carolina Miramar: Obrigada, conselheiro. Vou levar, pode deixar. O que acontece, só para explicar, porque atualmente temos o valor mínimo, justamente porque é uma máquina cara e sabemos que temos esse problema, não tinha até pouco tempo atrás, essa questão de valor mínimo começou a questão de uns seis anos, sete anos mais ou menos. Então, assim, com esse novo agente técnico, agora a gente vai ter essa questão também do pós conclusão e a gente vai conseguir tirar relatórios mais precisos e de melhoria efetiva. Então, essa já era uma questão que já foi demandada, está sendo feito um estudo e isso vai ser apresentado para os conselheiros, eu acredito que até o ano que vem, esse ano provavelmente não, porque o manual de investimento provavelmente não vai ser revisto esse ano, nós estamos trabalhando em cima do manual de custeio, então, tendo essa nova análise, a gente deve voltar com esse assunto para os conselheiros e vamos colocar em pauta sim.

03:03:28 Naiana Lanza: Obrigada, Carol. Passamos agora ao conselheiro Manara.

03:03:32 Marcelo Manara: Carol, parabéns. É importante trazer essas informações porque eu acho que ainda está beirando uns 70% dos tomadores do recurso são municípios. Na minha época de análise era 70% aí, embora os recursos não sejam ainda significativos frente a demanda, mas o aperfeiçoamento do processo foi muito nítido. Isso. Eu mesmo tinha uma certa cautela, não aplicar recursos FEHIDRO pela coisa truncada, demorava dois anos, às vezes três anos, e vocês conseguiram equacionar isso, o sistema está ágil, a qualidade técnica da análise hoje transmite uma confiança muito grande. Então, parabéns a todos que aperfeiçoaram esse sistema, porque motiva os municípios a acreditarem nisso e também reforça aquilo que eu sempre digo, a importância desses colegiados, do próprio Comitê de Bacias como uma instância importante para essas discussões e participação disso. E reforçar a importância da participação dos municípios nos Comitês de Bacia, porque os editais são discutidos e decididos, as linhas temáticas que vão ser atendidas nos editais são discutidas em plenárias. Se o município, em 70%, é tomador do recurso, se ele não está lá debatendo, discutindo, colocando as suas ansiedades, suas necessidades, não vai ter uma linha temática eventualmente, em determinado ano não vai ser atendida. E só para finalizar, fazendo aqui, colocar mais uma vez o que eu já trouxe aqui, secretário, aproveitar a presença da Ester também, é a preocupação que foi criada, um hiato que preocupa os municípios. Com o novo contrato da Sabesp, operando 100% do território dos municípios, que são os municípios operados, os municípios não podem mais aplicar recurso FEHIDRO para saneamento na sua área rural. Então, entendemos que está se construindo um enfrentamento disso, acreditamos nisso. Já disse aqui, somos apoiadores disso, por isso que nós queremos sim entender um pouco mais. Solicitamos e reitero aqui a apresentação desse esforço aqui para que a gente possa participar, mas é uma preocupação, porque nós, São José dos Campos, aplicou o recurso agora para uma Estação de Tratamento de Esgoto de uma comunidade isolada e foi recusada a aplicação com o argumento de que agora, no novo formato contratual, existe um ator para isso, que é a Sabesp. Então nós passaremos, talvez, no mínimo três anos sem aplicar um projeto na área rural para atender saneamento. Então, é um gap, preocupa muitos municípios, é óbvio, causa comprometimento dos recursos hídricos. Estamos, repito, acreditando no projeto, nesse enfrentamento, mas inabilitar os municípios para poder participar da solução do saneamento na área rural, causa essa preocupação.

03:07:11 Carolina Miramar: Essa foi uma diretriz. Nós também não tínhamos isso até a revisão do manual o ano passado, e ela veio justamente com o contrato da Sabesp. Então,

por ser um trabalho da Secretaria como um todo, então estamos alinhados com a diretriz, e é justamente porque tem um ator para fazer isso, mas nada que não possa ser revisto, Manara. Então assim, vamos ver como é que vai se estender esse contrato, como vai se desenrolar, como vai acompanhar, se o FEHIDRO está acompanhando essa questão também e aí, se for o caso, a gente volta a discutir isso na plenária do COFEHIDRO.

03:07:11 Ester Feche Guimarães: Fazendo uma complementação aqui, Manara, acho que é super importante esse tema. A gente tem o Universaliza SP também entrando, e tem os recursos do fundo, mas acho que é importante a gente lembrar que tem um cronograma para ser cumprido pela contratada, aí é o contrato Sabesp e, na verdade, os investimentos estão previstos lá no teu anexo contratual, que tem a data e cronograma de cada um dos núcleos, inclusive rurais, que vão ser atendidos. Então, esse ponto é super importante, porque ele já faz parte inclusive do modelo econômico financeiro do contrato, então o contratado vai ter que cumprir isso. Mas é o que a Carol disse, nada impede a gente, ao longo do percurso, de fazer análises sobre isso, tá bom? Obrigada por ter colocado isso.

03:08:23 Marcelo Manara: Só uma observação muito rápida, só para colocar. Nós entendemos que não é uma promessa, que é uma questão contratual, mas é uma preocupação.

03:08:52 Ester Feche Guimarães: Bem pertinente.

03:08:55 Naiana Lanza: Bom, seguindo aqui, temos inscrito para falar o senhor Paulo Nelson, depois o Crepaldi pediu para eu fazer mais uma fala. Posso passar para o Crepaldi, rapidinho? Ele falou que é rapidinho, depois eu passo para você, pode ser?

03:09:10 Ricardo Crepaldi: Não é uma pergunta, mas é uma constatação dos Comitês de Bacia, infelizmente. Manara, eu concordou, a participação dos municípios é muito importante, mas ela só está ocorrendo na época da liberação da verba. Os prefeitos vão, sub prefeitos, vice-prefeitos, e depois todo mundo desaparece. Isso é um problema, porque só vim na hora da discussão e de você fazer o decreto, o documento de aprovação dos recursos, isso é muito político, não realmente necessário para a área. Os municípios também têm que se comprometer, os prefeitos são gestores, não importa qual lado que ele está, não importa, é para a população. Então assim, eles têm que participar mais. Em quatro Comitês que eu participo e tive nas reuniões, todas as reclamações são as mesmas da participação oficial dos municípios, porque mandam outras pessoas que não tem fala, não tem nenhuma função, só para ir. E aí, essas reuniões, elas se esvaziam ou elas são inócuas por bom período do ano e só voltam no final do ano, para o começo do ano, para a liberação das verbas. Então assim, só para entender como funciona isso na realidade, que não está legal, não é ético para a população como um todo, tá? Então, Manara, precisa o município participar. Os municípios grandes normalmente não participam, normalmente, não estou falando de São José, mas normalmente não participam. Mas os prefeitos, vice-prefeitos, quem manda só vai nessa época da liberação das verbas. Obrigado.

03:10:56 Naiana Lanza: Obrigada, conselheiro. Passamos então a palavra agora ao conselheiro Paulo Nelson.

03:11:02 Paulo Nelson: Oi Caroline, obrigado pela sua apresentação, super clara e nos traz bastante visibilidade. A gente, no Litoral Norte, o Pedro é vice-presidente do CBH, lá do Litoral Norte, que é o meu presidente do Educa Brasil, e a gente tem bastante interação com o Comitê. Então são questões muito pontuais que eu queria trazer, mas é muito na linha do que o Manara colocou, da questão da Sabesp. Eu acho que a gente tem, eu coloquei aqui já no início a necessidade de pensar em projetos que sejam, finalizar as bandeiras vermelhas nas praias. E esses projetos passam necessariamente por questões de gestão dos recursos hídricos. A gente sabe que 90% do problema vem através dos rios, que são os veículos ao qual a população acaba jogando todo o material difuso, então a gente entra na questão de saneamento básico. Então, uma das perguntas, e uma das questões que eu pretendo desenvolver com a Sabesp lá, com a fala da Mônica, é justamente pensar: em que possibilidades a gente possa ter verbas que possam ser pleiteada para sociedade civil, para que possa, em convênio ou em parceria com a Sabesp, a sociedade civil estar buscando essas verbas também dentro do FEHIDRO, se essa possibilidade está aberta. Uma outra questão, na necessidade de que essas temáticas estejam colocadas nos editais que vão dar frutos as possibilidades de propostas específicas. E uma última pergunta, que é uma questão técnica: existe alguma proibição de quem participa do CBH buscar recursos no FEHIDRO?

03:13:09 Carolina Miramar: Vou começar da pergunta. Não, desde que atenda os requisitos da legislação para ser tomador. Então, mesmo se for uma sociedade civil, desde que atenda todos os requisitos, então seja já estabelecida há mais de quatro anos, tenha projetos na área, tudo de acordo com a legislação, não tem problema, pode ser um tomador de recurso. Agora, quanto ao que está previsto no Litoral Norte, de cabeça, conselheiro, de verdade, eu não vou saber. Mas pode acessar o site, procure o Comitê de Bacias, e aí ele consegue te dar certinho o que está. O PAP já foi revisto, mas como disse, até o Manara, tem todo um trabalho durante o ano, então deve estar sendo revisto para sair um edital no final do ano para indicação de empreendimento ano que vem. Então, o ideal é procurar já, sempre, de antemão o Comitê. Então, procura, se informe. O Comitê, inclusive, a Secretaria Executiva é da SEMIL, e se tiver qualquer problema, pode procurar aqui a gente, mas eles são hiper receptivos, não tem o menor problema. O que precisa é verificar o que tem, o PAP o ano que vem vai ser revisto, e aí pode entrar essa questão das demandas, se já não estiverem. Mas eu não consigo de verdade, saber de cabeça.

03:14:31 Eduardo Leduc: Desculpa, não é outra pergunta. O tema da Sabesp, que ele perguntou, a sociedade civil buscar o recurso e para trabalhar junto com a Sabesp pelo tema de...

03:14:43 Carolina Miramar: Projetos aonde você está coligado com algumas instituições, não tem problema, a gente também financia, então pode ser uma parte financiado pelo FEHIDRO e outra parte financiado pela Sabesp. O FEHIDRO não tem problema quanto a isso. Existe lá até no nosso sistema outras fontes financiadoras, onde lança. Então você pode fazer um projeto grande. Se não conseguir todo o recurso com o fundo, pode ter essas parcerias.

03:15:07 Paulo Nelson: Só mais uma questão rapidinho. É possível, quando você tem com contrapartida, essa contrapartida não ser financeira, mas ser em serviços?

03:15:18 Carolina Miramar: Pode sim.

03:15:22 Naiana Lanza: Bom, acho que é isso. Não sei se a Carol quer fazer alguma consideração final antes da gente encerrar?

03:15:28 Carolina Miramar: Não, só agradecer a oportunidade e estamos à disposição para qualquer esclarecimento.

03:15:31 Naiana Lanza: Muito obrigada, Carol. Bom, passo a palavra, então, agora ao senhor subsecretário Jônatas, para a gente encerrar a reunião.

03:15:44 Jônatas Trindade: Só para agradecer, pessoal, a participação. Acho que as duas apresentações foram muito ricas, com bastantes contribuições. Acho que isso é importante para que a gente consiga avançar e trazer clareza da agenda ambiental do Estado de São Paulo, a agenda de recursos hídricos, logicamente, faz parte. É sempre bom poder apresentar esse tipo de política pública aqui no CONSEMA, para transparência, principalmente a transparência ativa, e mostrar para a sociedade e principalmente aqueles que captam projetos, no caso específico do FEHIDRO, ter um conhecimento de como funciona. Acho que isso transmite e facilita também o acesso à informação de toda a sociedade paulista. Então, obrigado pela participação de cada um e as contribuições decorrentes da discussão que foi feita em relação às apresentações. Até mais. Obrigado.